

REVISTA MENSAL

RN/ECONÔMICO

ANO XV — N.º 150 — FEVEREIRO/84 — CR\$ 1.000,00



**Cartão
Amarelo
HUMOR COM
MODÉSTIA**

**Jessé Freire
DESERTAR
É PERDER**

PRESIDENCIÁVEL DOS EMPRESÁRIOS

VILANÍ VEÍCULOS



O MAIOR PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE CARROS NOVOS E USADOS EM CURRAIS NOVOS

Vilaní Veículos tem o maior parque de exposições de carros novos e usados em Currais Novos.

Toda a linha Ford, Chevrolet, Dodge e Volkswagen você encontra em Vilaní Veículos e compra o seu automóvel sem complicações, podendo utilizar o financiamento direto ou da financeira. Os planos de vendas a prazo são os melhores do Seridó.

Na hora da compra ou da troca do seu carro, seja qual for a marca, procure quem tem tradição no ramo, melhores preços e é o pioneiro na Região. Procure Vilaní Veículos.



Vilaní Veículos

J. VILANI & CIA.

Rua Teotônio Freire, 44 Currais Novos - tel. 431-2062

ESTADO

Não é semituarão que teme o aumento do BNH.....	14
Cidade tem uma nova estrutura para acompanhar ritmo.....	16
Existe dinheiro no mercado mas é caro:	
Um novo aperto para investidores.....	17
Empresários atentos à sucessão presidencial.....	20
Cautela, uma posição para a época.....	21
Sine: a única porta aberta para desempregados.....	25
Vagas, poucas; esperanças, muitas.....	26
Everaldo: humor popular de um cidadão simples.....	28
A precária saúde do Walfredo Gurgel.....	30
Nem só de IPTU sobrevive a Prefeitura.....	31
Ciclo da seca fez bom estrago.....	34
A cantiga da perua vai mudar.....	35
Franklin: crítico implacável tem coração.....	38
Vídeo em Natal: mais do que modismo.....	39

ARTIGOS

Manoel Barbosa.....	7
Raimundo Soares.....	24
Cortez Pereira.....	33
Rosemilton Silva.....	42

SEÇÕES

Homens e Empresas.....	4
Cultura.....	33

HUMOR

Cláudio.....	36
--------------	----

CAPA

Flávio Américo



O poder da união

O Deputado Federal Jessé Freire Filho, num longo depoimento prestado a **RN/ECONÔMICO** — o primeiro desse nível, desde que iniciou a sua carreira política — diz coisas que comumente são ditas por políticos experimentados. Ele, por exemplo, desfaz certas ilusões sobre possíveis defecções no sistema de forças que compõe o PDS no Rio Grande do Norte e que elegeu o Governador José Agripino, com o raciocínio muito claro: ninguém, em política, pode fazer nada se não estiver aliado a um

grupo. E deu exemplos aqui mesmo no Rio Grande do Norte, com o início da carreira do ex-Governador Aluizio Alves. Jessé é malufista. E explica os motivos da sua preferência, acreditando que Paulo Maluf é o único político capaz de realizar um Governo — se chegar a Presidência da República — com condições de executar planos para resolver a situação do Nordeste. As idéias e planos do jovem político do Rio Grande do Norte estão em sua entrevista, a partir da página oito.

RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL • ANO XV • N.º 150 • FEVEREIRO/84 • CR\$ 1.000,00

DIREÇÃO:

DIRETOR/EDITOR: Marcelo Fernandes de Oliveira
DIRETORES: Núbia Silva Fernandes de Oliveira, Maurício Fernandes de Oliveira e Fernando Fernandes de Oliveira.

REDAÇÃO

DIRETOR DE REDAÇÃO: Manoel Barbosa
ARTE E PRODUÇÃO
Edilson Martins de Araújo

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO: Moacir de Oliveira.

FOTOCOMPOSIÇÃO: Antônio José D. Barbalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

GERENTE COMERCIAL: Vanda Fernandes de Oliveira
GERENTE DE ASSINATURAS: Antônio Emídio da Silva

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos sócio-econômicos do Rio Grande do Norte,

é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC n.º 08.286.320/0001-61 — Endereço: Rua São Tomé, 421 — Natal (RN) — Fone: 222-4722. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias da revista, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 12.000,00. Preço de exemplar atrasado: Cr\$ 2.000,00. Consulta ao arquivo/memória: Cr\$ 10.000,00.

HOMENS & EMPRESAS

OS NOVOS NEGÓCIOS DE DOIS EX-EMPREGADOS

— Natal está ganhando dois novos empreendimentos comerciais nascidos da iniciativa de dois ex-empregados. Dois competentes ex-empregados que, agora, partem para seus próprios negócios tendo como maior capital a grande experiência que acumularam e a capacidade de trabalho. Trata-se de Zildamir Soares, ex-a «A Sertaneja» e Antônio Gentil, ex-Grupo União. Os dois são lojistas por vocação e começaram de baixo em suas organizações, até conseguirem participações acionárias. Zildamir parte para, em sociedade com Luciano Lúcio — também antigo funcionário do setor de compras de «A Sertaneja» — sua própria loja de eletrodomésticos, na rua Ulisses Caldas, onde já funcionou a Casa das Máquinas; Gentil, na composição que fez com o Grupo União, ficou com as lojas «Piter Shop» e «Charmant Modas», na Avenida Rio Branco, sem nenhum passivo e tendo como capital o estoque. Em loja, os dois já passaram por todos os departamentos: Zildamir foi estafeta e Gentil balconista, no início. Agora, no topo, como empresários donos do seu próprio negócio, vão ter oportunidade de pôr em prática tudo o que aprenderam durante muitos anos de trabalho duro.

★★★★★

COMPLICA-SE LUTA PELO CANAL DE TV

— Se, em política, dos lados do PDS, não parece



Zildamir



Gentil

haver disposição para uma ruptura séria e sem ninguém quer se arriscar sozinho a uma aventura (ler entrevista do Deputado Jessé Freire Filho a partir da página oito), nos negócios as coisas não são bem assim. Especialmente negócios em termos de comunicação. A luta pela conquista da concessão de um canal de TV, que parecia ser pacífica para o lado dos Maia, tendo à frente Tarcísio e alguns empresários, endureceu. Outros grupos — e de empresários que formaram o bloco da campanha do PDS — também desejam o canal de TV. Para disputar a concessão, viu-se depois, não é nada difícil: basta preencher um manual disponível nas livrarias. Quanto ao projeto, só há um engenheiro eletrônico em Natal capaz de fazer isso — e foi contratado pelos Maia.

★★★★★

POTY REFRIGERANTES EM PLENA ATIVIDADE — A Poty Refrigerantes (leia-se Grupo Expedito Machado), fabricante de Coca-Cola e Fanta no Rio Grande do Norte e já no início de

março entra na produção normal da Fanta Uva. O Grupo já inaugurou o seu depósito em Mossoró e nos meados do semestre vai implantar os de Pau dos Ferros, Caicó e Currais Novos. O Grupo, que é o mesmo do Vilejack Jeans, tem à frente os srs. Expedito e Sérgio Machado. Em Natal, a diretoria é completada pelo gerente geral Waldir Favoni; o gerente administrativo, A. L. de Campos; o gerente de Marketing, Adilson Mattos e o gerente industrial, Lincoln de Castro.

★★★★★

GALVÃO MESQUITA: EXPANSÃO PARA O RECIFE — Galvão

Mesquita Ferragens S/A, uma das mais tradicionais empresas do Rio Grande do Norte, ultima seus estudos no sentido de diminuir sua rede de lojas em Natal e partir para conquistar o mercado do Recife. O raciocínio do empresário Paulo de Paula é de que, com sete lojas em Natal, já não há mais condições de expansão, além de, no Recife, obter um crédito maior do ICM nas compras que efetua aos fornecedores. Os cálculos são de que, só com a economia do ICM, dá para pagar aluguel de um prédio e outras despesas e partir para conquistar um mercado maior, talvez começando pelo Grande Recife. Em Natal, Galvão Mesquita es-



Poty: da inauguração à produção acelerada

HOMENS & EMPRESAS

tá em final de implantação do computador e de todo um sistema Cobra 305. Trata-se de um sistema integrado, completo, com «software» especial encomendado em São Paulo.

★ ★ ★ ★ ★

BASIC NA APEC — A APEC, que conta com seis computadores Polimax (Apple) e 16 TK-85, para principiantes, está pretendendo, além da iniciação em Informática dos seus estudantes, abrir o curso para pessoas em geral que desejem aprender Basic, que é a linguagem de alto nível mais simples dos computadores. A APEC está com circuito fechado de televisão e laboratórios, constituindo-se numa entidade avançada em termos de iniciação a Informática, em todo o Nordeste.

★ ★ ★ ★ ★

SURPRESAS NA LISTA DAS CEM MAIS — A lista das 100 empresas que mais pagam ICM no Rio Grande do Norte — na capital, no interior e no geral —, a ser publicada na próxima edição de **RN/ECONÔMICO**, vai causar algumas surpresas. Essa lista é fornecida todos os anos por uma equipe de técnicos da Secretaria da Fazenda, elaborada especialmente para esta revista, constituindo-se no aferidor de maior credibilidade do comportamento da economia potiguar em cada ano. Houve, no ano passado, muitas variações e mudanças de posições na lista, que vão causar surpresas no

mundo econômico do Estado.

★ ★ ★ ★ ★

O MAIOR POSTO — Na campanha de inauguração do Posto São Luiz, as faixas não se deixaram tolher pela modéstia e ressaltaram o que é, realmente, uma bela iniciativa, dizendo: “Venha para a inauguração do maior posto do Brasil”.

★ ★ ★ ★ ★

MERCADO TOMADO — Com a abertura da filial do Armazém Pará na



Inauguração concorrida da nova loja da Prudente

Prudente de Moraes e a retração da construção civil, por conta das dificuldades econômicas e das indissociabilidades da Política Financeira de Habitação, o mercado de materiais de construção em Natal ficou praticamente saturado, com uma oferta capaz de suprir a demanda com bastante folga e sem chances de haver superação por mais alguns anos. Ainda assim, as principais empresas do ramo

não têm de que se queixar.

★ ★ ★ ★ ★

SINAIS DE DINAMISMO — Mesmo com a alegada — e confirmada — retração econômica, a zona sul de Natal tem dado mostras de um dinamismo fora do comum e crescido, contra todas as expectativas. Nesta época difícil e de cautelas, muitos pequenos empresários estão se mostrando agressivos e ocupam boxes do Shopping Center Cidade Jardim e CCAB-Sul, implantando os mais varia-

e criatividade. Muitos dizem isso e poucos efetivamente usam a fórmula. Mas o empresário Alcione Dowsley a está usando no seu ramo de negócio — motel — e com um sucesso capaz de mostrar que a teoria, quando é uma boa teoria, também funciona na prática. Assim, quando o seu Motel Tahiti deixou de ser uma grande novidade para a cidade, ele enfrentou a rotina com uma criativa e maciça campanha publicitária — usando rádio, jornais e faixas na rua — para mostrar as vantagens de um motel como problema alternativo e de bom gosto e ainda criando um almoço executivo. Tudo com muita picardia e bom gosto, sem apelações grosseiras, aproveitando bem o espírito descontraido da época onde não há lugar mais para preconceitos. E houve retorno — «recal», como dizem os entendidos — voltando os negócios aos bons tempos.

★ ★ ★ ★ ★

SEM SOLUÇÃO — O comércio lojista do centro de Natal desistiu de tentar qualquer campanha para afastar os ambulantes. A essa altura, segundo alguns comerciantes, a situação de desemprego é tão dramática que os ambulantes são um mal menor. Raciocínio: é menos ruim ter os ambulantes nas portas das lojas tomando a clientela, do que estarem as ruas vazias, mas com um maior número de marginais à espreita, atacando de qualquer maneira.

★ ★ ★ ★ ★

REMÉDIO PARA A CRISE — Está se tornando lugar comum dizer que a crise pode ser enfrentada com trabalho

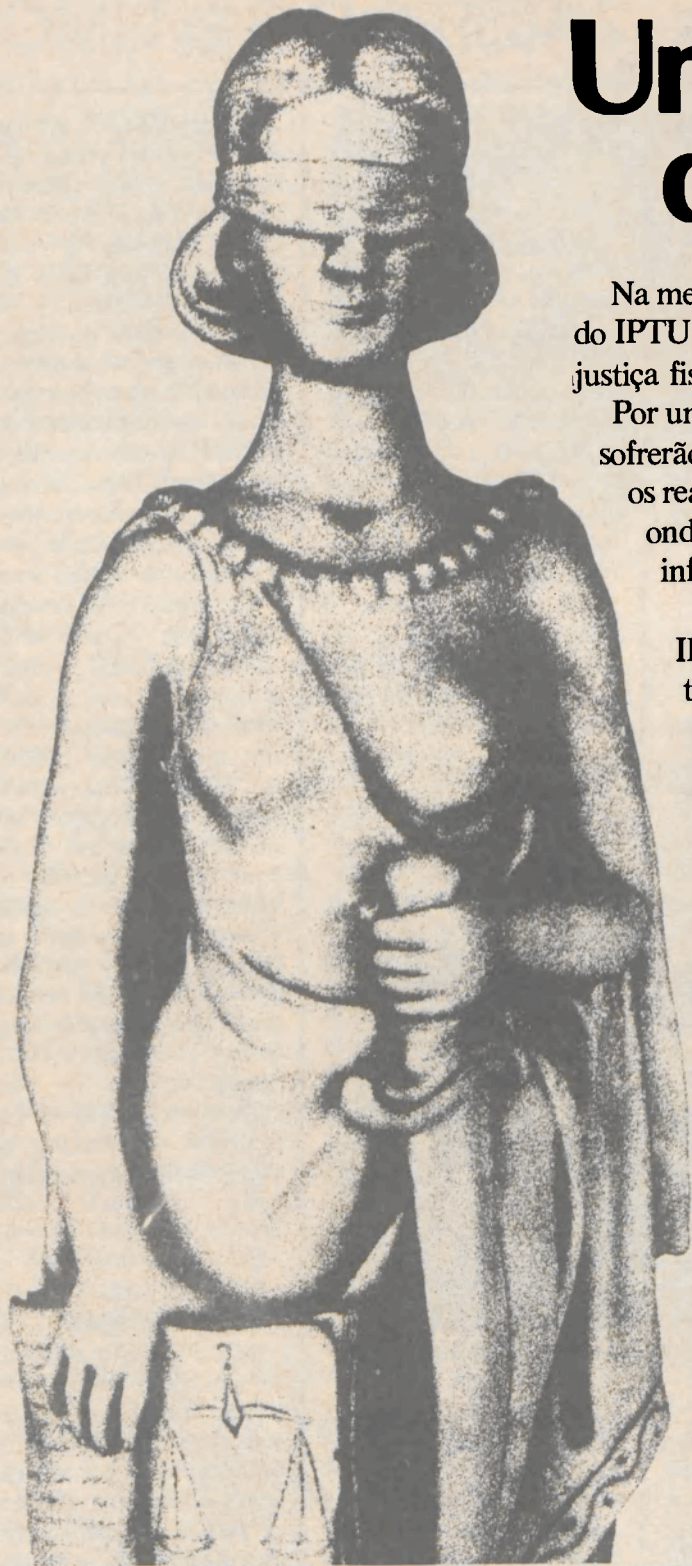
Uma questão de justiça.

Na mensagem do Prefeito, sobre os novos reajustes do IPTU, houve a intenção de se pôr em prática uma justiça fiscal e social.

Por um lado, aqueles que especulam com terrenos sofrerão reajustes de até 576%. Por outro lado, os reajustes nos conjuntos habitacionais, onde mora a maioria dos natalenses, serão inferiores aos índices da inflação.

Vale acrescentar que já está incluída no IPTU a taxa de limpeza pública, que beneficia toda a população, independente do seu nível social. Num cálculo aproximado, cada remoção de lixo doméstico custará ao contribuinte uma média de 100 cruzeiros.

A Prefeitura entende que justiça fiscal e social é isto. E vai levá-la a todos os cantos de nossa cidade Natal.



PREFEITURA DA CIDADE DO NATAL
Secretaria de Finanças.

IPTU 84.

Mal do Imobilismo

MANOEL BARBOSA

O que tem notabilizado a vida econômica do Rio Grande do Norte, nos últimos anos, é a falta de acontecimentos notáveis. Não se sabe se isso é fundamentalmente ruim ou bom. É preciso enfocar as situações de acordo com os tempos atuais. Em tempos de recessão, costuma-se dizer que já é uma façanha sobreviver empresarialmente. Essa premissa indica que não se pensa em crescer, mas escapar. Talvez esse seja o caso do Rio Grande do Norte. A pressão intensa de dificuldades umas sobre as outras vem obrigando a economia, como um todo, ao excesso de prudência. Ninguém se arrisca. Só uns poucos dão alguns passos à frente e mesmo assim quando há circunstâncias especiais a favorecê-los.

Mas será isso mesmo?

Antes mesmo da crise o Estado vinha sentindo uma certa angústia, uma certa fobia. Os caminhos parece que se estão estreitando. E não se pode afirmar com absoluta segurança que seja por causa da crise atual. Parece que, em termos de Rio Grande do Norte, o mal tem uma profundidade maior.

Estagnação?

Talvez. Não se deve acomodar demais pondo a culpa de tudo na crise. Afinal, a crise, está se vendo agora, tem razões mais profundas do que a que se alegava a princípio — o momento internacional. Há alguns anos o momento internacional mudou — para melhor — mas o Brasil continuou piorando. Hoje, o argumento é falacioso, no mínimo. A crise — há sérias razões para se desconfiar — foi produzida por uma série de medidas incompetentes, sonhos megalomaníacos que custaram bilhões, escândalos, autoritarismo da tecnocracia e equívocos políticos. No caso do Rio Grande do Norte pode estar acontecendo algo parecido em dose menor — ou, dependendo do enfoque, até maior.

Algo parecido, mas não exatamente igual. A intolerância política nacional e o jogo de interesses a ela subjacente também sopraram forte no Rio Grande do Norte e influenciaram muitos comportamentos. Ânimos foram acirrados em disputas que em outras circunstâncias talvez fossem menos dilacerantes. O Estado ficou mais fraccionado. E fraccionado até onde antes havia unidade.

Em tais circunstâncias, é muito difícil vicejar a

criatividade. A divisão impede a conjugação de esforços e num Estado onde não há abundância de talentos essa dispersão é mais prejudicial ainda.

As coisas foram ficando emboladas. As indefinições deixam as pessoas arredias e desconfiadas. Se, antes, em tempos que poderiam ser classificados de normais, a ousadia já rareava, então ela cessou de vez, porque a cautela passou a ser um comportamento absolutamente necessário para sobrevivência. Não só em função da crise materializada, mas das outras circunstâncias.

É um quadro complexo e delicado, sem dúvida. Um quadro de diagnóstico difícil. Tão difícil que as coisas se entavam, se atrofiavam, se imobilizam, dentro da situação geral de perplexidade, irmã gêmea da impotência.

Há quem, aqui e ali, em meio ao marasmo, balbucie apelos de união. Esse balbuciar até que é escutado longe, porque, no íntimo, todos estão cansados da tensão e desejam essa união. Mas os apelos, se encontram ligeiro respaldo emocional, não têm eco suficiente para se transformar em ação concreta.

E, se os vagos apelos não unem, as silenciosas tensões continuam desunindo até em áreas onde sempre houve tranquilidade e harmonia. Camadas antes acomodadas agitam-se, como regiões antes imunes a terremotos de repente afetadas por sismos de alta intensidade. Convecções súbitas revolvem o âmago em silêncio aparente.

Mas, nas pequenas ocorrências, nada de notável, no sentido positivo.

Nada de qualitativamente novo, capaz de servir como apoio para novas realizações e novos saltos. É — a impressão é muito forte e nítida — como se todos estivessemos amarrados a alguma coisa que não sabemos o que é e da qual não nos podemos livrar.

Daí, o sentimento geral de impotência.

O que pode mudar isso? O que pode, pelo menos, abalar isso? Uns acham que a eleição direta para presidente da República pode ser um fator muito importante. Não um fator que, em si, remova as camadas imobilizantes que estão emperrando todas as nossas energias sociais. Mas um fator que poderá começar a amolecer a sua resistência, permitindo que elas possam dar chances de movimento.

Já será, sem dúvida, alguma coisa.



Jessé tem uma visão muito aguda da atual situação política

ESPECIAL

Jessesinho acredita que a rebeldia não terá sucesso

O Deputado Federal Jessé Freire Filho, o mais jovem do Brasil, com 24 anos de idade, não exerce o seu mandato por diletantismo ou apenas para tentar manter a família no cenário político, após a morte do seu pai, o Senador Jessé Freire, que se tornou conhecido pela sua singular capacidade de convencer os Estados mais ricos a deixarem fluir um pouco mais de recursos para o Rio Grande do Norte através das contribuições de suas empresas para o complexo do SESC. Houve, claro, quem usasse esse argumento. Quando o jovem Jessé se lançou à disputa de uma cadeira na Câmara Federal, surgiram no mundo político algumas interpreta-

ções desse tipo. Afinal, na chamada flor da idade, rico, descontraído, transitando com desenvoltura na melhor sociedade do País, Jessé tinha tudo para adiar um pouco mais a entrada no implacável campo da política e desfrutar também um pouco mais de um tipo de vida que o destino lhe concedeu. De resto, seria um comportamento normal, na sua situação. Mas Jessé contrariou todas as previsões. Ou, pelo menos, contrariou as previsões dos que não o conheciam mais de perto, nem sabiam do seu entusiasmo quando, numa ou noutra ocasião — mais jovem ainda — acompanhava o pai numa excursão política. Uma dessas ocasiões foi a campa-

inha para o Senado em 1978. Por sinal, a última campanha do combativo Senador. Nesta entrevista a **RN/ECONÔMICO** Jessé Freire Filho revela aspectos da sua vida política e pontos de vista sobre a sucessão presidencial em que está profundamente engajado, defendendo o nome do Deputado Federal Paulo Maluf. O seu tom, em toda a entrevista, foi de muito entusiasmo, o que demonstra a seriedade com que desempenha o seu mandato.

RN/ECONÔMICO — Você tão moço, tão novo, a sua vocação política despertou como?

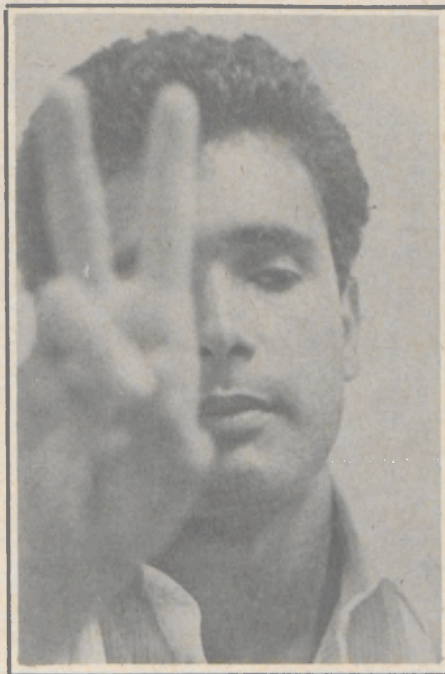
JESSÉ — Minha vocação política, na verdade, despertou com a minha

participação na campanha do meu pai, para o Senado, em 1978. Eu tive oportunidade de conviver com a classe política do Rio Grande do Norte. Tive chance de conviver diretamente com problemas e as dificuldades do Nordeste, principalmente do Rio Grande do Norte, que me parecem algo especial dentro da gravíssima situação da Região. Então, eu tive essa oportunidade. Naquela ocasião eu participei mais de perto da campanha por nenhum outro motivo senão pelo amor filial, de querer ajudar o pai, que naquela altura não poderia jamais perder uma campanha. E eu, muito menino, confesso que a política era até uma rival. Porque a política tirava o meu pai da minha casa, da nossa convivência. E eu nunca procurei me aprofundar muito na vida pública, embora sempre, notoriamente, com tendências a matérias, no colégio, ao assunto, com certa influência política. Mas, naquele momento, só participava com o objetivo de ajudar meu pai. Naquela oportunidade eu me lembro que um amigo nosso, Ulisses Potiguar, era candidato a deputado federal e eu me dediquei imensamente para a sua eleição, sem querer de nenhuma maneira colocar os outros companheiros em dificuldades na chapa. Posteriormente a isso eu me lembro que ele tinha um certo desejo que eu ingressasse na vida pública do Rio Grande do Norte. Mas eu achava que meu pai era um homem de saúde muito grande, cheio de vida e nem imaginava que disputar um mandato de deputado federal com meu pai vivo. Achava que poderia prejudicá-lo. Eu poderia perfeitamente aproveitar aqueles anos e acabar de me formar, fazer um curso no exterior que eu queria muito. Inclusive uma aplicação na Universidade de Harvard, consegui a vaga e estava muito motivado. Mas meu pai adoeceu. Passei o ano de 80 todo com ele acamado, doente, até seu falecimento. Ele se operou no dia 13 de outubro de 1979 e faleceu no dia 13 de outubro de 1980, certinhos 12 meses. Eu, então, enfrentei o que todos nós enfrentamos, quando perdemos o pai, uns em proporções menores e outros maiores. Eu enfrentei essas dificuldades. E venci. Novo, mas estava ciente do que estava enfrentando. E as coisas foram evoluindo. E eu nunca, em tempo algum, tive nenhuma vaidade ou nenhuma determinação de, sob qualquer hipótese, me candidatar a deputado. Nunca me preocupei com o título ou com a obri-

gatoriedade de exercer o mandato, pelo fato do meu pai ter exercido funções públicas por mais de 30 anos.

RN/ECONÔMICO — Como foi que ocorreu a lembrança para que viesse a compor a chapa de deputado federal pelo PDS?

JESSÉ — O ex-Governador Aluizio Alves, muito amigo nosso — a quem pessoalmente faço os melhores elogios —, insistia muito, devido, inclusive, à nossa aproximação (pois eu comecei a participar de comícios na praça pública com o doutor Aluizio Alves) que eu deveria me candidatar. Naquela época nós estávamos vivendo o «namoro»: Tarcísio, Aluizio, Henrique, enfim, era uma grande



paixão, pois era um só bloco e, portanto, nós conversávamos quase que diariamente. Com a chegada do papai, o Aluizio e eu começamos a manter contato quase diário e a coisa foi evoluindo. Eu, particularmente, não acreditava nessa briga dos Maia com os Alves. Papai, inclusive, muitas vezes pediu para que essa briga não ocorresse. Mas, infelizmente, isso não foi possível. Com o falecimento do papai, eu não tinha condições de ir para o PMDB, de ir para as oposições. Todos os meus amigos dentro do PDS. Ainda mais tendo um relacionamento, na minha opinião, excepcional, com o ex-Governador Tarcísio Maia e o Senador Dinarte Mariz, assim como com o Governador Lavoisier Maia. Então eu me senti liberado para não me agrupar a determinadas divergências que estavam havendo entre os dois grupos. Desta forma eu me senti mais inclinado, por tudo aquilo que o Jessé Freire sempre re-

presentou em termos do atual Governo, em ficar no partido do Governo, o PDS. Assim, o doutor Tarcísio sempre me estimulou muito, achando que eu tinha condições de me candidatar a deputado. E o próximo passo foi a inscrição no PDS. Enfim, senti que era o momento de dedicar o meu trabalho, o meu idealismo e a minha juventude em prol do Rio Grande do Norte.

RN/ECONÔMICO — Quais as lideranças políticas que mais o impressionaram nessa sua curta trajetória?

JESSÉ — O Rio Grande do Norte tem uma característica interessante. Tem grandes e variadas lideranças. Verdadeiros sábios na política. Mas a característica principal é a total diferença entre todos eles. Aluizio Alves, um estilo. Um estilo inigualável no Estado. Não existiu, não existe e não existirá nenhum homem com o estilo de Aluizio. Tarcísio: também um estilo totalmente diferente de Aluizio Alves. Também, comprovadamente, um homem de uma serenidade e uma capacidade de análise sem igual. Lavoisier Maia, um homem com capacidade de trabalhar 24 horas por dia fazendo política, com grande seriedade, de um espírito público fora de série. E José Agripino uma capacidade administrativa e um político exemplar, capaz de mudar o Rio Grande do Norte com seu novo dinamismo. E Dinarte o cacique e a competência política. Há quantos anos já! Eu nasci ouvindo falar em Dinarte. E quantas gerações de políticos aí praticamente se iniciaram assim. Hoje, no Estado, dos eleitos, do esquema do Governo, só Kléber e Jessé não, tem suas raízes no antigo PSD. Mas o resto tudo nasceu de Dinarte. Bom. Mas, então, cada um com as características próprias. Eu admiro a capacidade política de todos, embora aqui e ali possa ter certas divergências. Cada um tem sua característica.

RN/ECONÔMICO — E qual sua posição no processo sucessório para a Presidência?

JESSÉ — Na minha opinião, o processo sucessório está dando ao povo brasileiro e a classe política, sua representante, a chance de participar das coisas da República após 20 anos. Isso nós devemos a um homem. Aliás, diria dois homens: João Batista de Figueiredo e Paulo Salim Maluf. Se Paulo Salim Maluf não existisse, nós jamais teríamos a participação que estamos tendo da classe política. E se o João Figueiredo não fosse o grande aval da abertura democráti-

ca, também nós não teríamos esse processo. Eu acredito que o Brasil, embora tenha sua vocação para eleições diretas, deva, no momento, acatar a estratégia da abertura democrática. Nós estamos passando um processo que está chegando ao fim. Eleição indireta para aqueles que têm compromisso com a verdade é um fato e ninguém vai mudar a eleição indireta, faz parte do projeto de abertura democrática e é inerente ao processo de saída dos 20 anos de meia ditadura militar para um Governo civil. Eu já disse várias vezes, e volto a repetir, votarei no Deputado Paulo Salim Maluf por estar convicto, absolutamente certo, sem a menor sombra de dúvida, que ele é o melhor candidato para dirigir a Nação

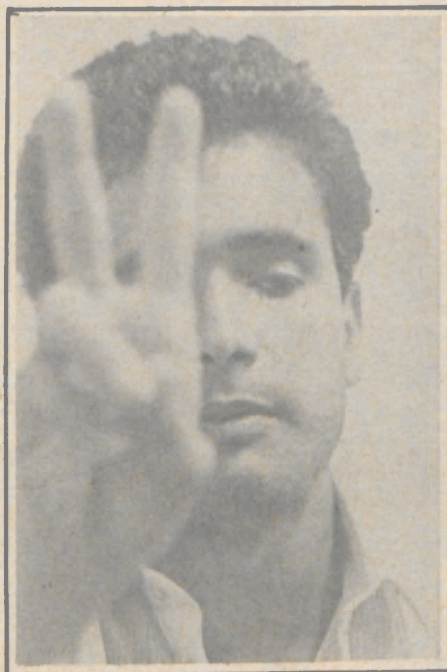
RN/ECONÔMICO — Como o Deputado vê certas resistências ao nome de Paulo Maluf? Como vê certa imagem que se procura fazer dele?

JESSÉ — Existe isso, sem dúvida. A culpa é de uma parcela da imprensa contrária ao Sr. Paulo Maluf de uma forma radical, o que é nocivo à formação da opinião pública do País. É porque ele chegou como um contestador. Chegou como o homem que derrubou o velho pelo novo. Chegou ao Governo do Estado de São Paulo contra dois presidentes da República: o eleito e o Presidente de então, cujo mandato estava terminando. Chegou a Presidência da Associação Comercial do Estado de São Paulo contra toda a classe empresarial chamada de oligarquia paulista quatrocentona. Derrotou o Sr. Laudo Natel, quando ninguém esperava. Então, o Sr. Paulo Salim Maluf que, as vezes, encontrava até dificuldades de se mobilizar no Planalto, chega e derrota o Governo de São Paulo, o Planalto, a oligarquia paulista, com ação sobre dois ou três jornais. Então, ele chegou derrotando, chegou vitorioso. Começou, logicamente, desagradando muita gente. Começou como uma mudança. Ninguém gosta de mudança. Aí, começou aquele trabalho, estimulado por esses grupos, contrários a ele. Demonstrou ter sido o maior Governador que São Paulo já teve nos últimos anos. Nunca se construiu tanto, nunca se fez tanto em São Paulo como no Governo Paulo Maluf. Foi o único Governo em São Paulo, durante toda a história de nossa República, que visitou o Rio Grande do Norte e chegou a assinar convênios. O único Governador de São Paulo que se preocupou em distribuir, mesmo que modestamente, um pouco da riqueza do Esta-

do. E foi o mais competente político quando Governador do Estado de São Paulo, dando ao Governo Federal vitórias importantíssimas no Congresso Nacional.

RN/ECONÔMICO — E as denúncias que se fazem frequentemente contra Paulo Maluf, até com respeito a escândalos no seu Governo?

JESSÉ — Na verdade dizer que o Sr. Paulo Maluf fez um Governo dito desonesto é não querer enfrentar a realidade. A realidade triste e melancólica veio no Governo Franco Montoro, que promove verdadeira caçada, procurando desonestidades e até agora não encontrou absolutamente nada. Pelo contrário. Maluf quando Go-



vernador demitiu várias pessoas, inclusive na Caixa Econômica por malversação de recursos. Então, o Sr. Franco Montoro tem demonstrado que o Governo do Sr. Paulo Maluf foi um dos mais honestos da história de São Paulo. O que ele descobriu? Que Maluf mandou perfuratrizes para o Estado do Rio Grande do Norte. Isso é corrupção? Ou será que isso é espírito público, voltado para distribuir com mais igualdade as riquezas? Outra coisa: o Sr. Paulo Maluf é uma das maiores fortunas pessoais desse País. Sua mãe, Dona Maria Maluf, talvez seja a maior proprietária de bens imóveis da cidade de São Paulo. Acredito que esse não é o interesse do Sr. Paulo Maluf. Não foi e não será. As provas são de que a sua administração, nos quatro anos, sempre foi séria, destinada a preencher os espaços vazios dentro de São Paulo.

RN/ECONÔMICO — Essa disputa pode dividir o PDS aqui?

JESSÉ — De maneira nenhuma. Jamais eu irei me desvincular do Governo José Agripino por problemas sucessórios. Ele tem a opinião dele, eu tenho a minha, eu respeito a opinião dele, ele respeita a minha. Eu ajudei José Agripino a chegar ao Governo do Estado. Ele ajudou na minha campanha. Nos ajudamos mutuamente. Temos um compromisso. Eu o acho um homem sério e amigo. Agora, temos direito a escolher nosso candidato. Isso não é uma democracia? Ele como democrata diz que admite e acata a vontade dos seus amigos. Eu jamais sofri uma pressão dele. Primeiro que não admitiria. Ele poderia até usar a pressão da amizade para tentar demover o meu pensamento. Mas nunca o fez. Mas o Governador José Agripino sabe da minha posição, sabe do meu caráter, sabe que eu não iria mudar e me respeita. Acho que essa é a maneira séria de nós construirmos o Rio Grande do Norte.

RN/ECONÔMICO — Como se conduzirá o RN no Colégio Eleitoral? Cada um agirá por si?

JESSÉ — Não. Eu acho que em política existem grupos. Eu sou ligado ao grupo do Governador. Quem duvida disso? Faço parte do grupo do Governador, do grupo de Tarcísio, LaVoisier, eu, Dinarte, João, Wanderley, Florêncio, Senador Carlos Alberto e tantos outros. Agora, isso não impede que cada um, as vezes, em determinadas coisas, tenha suas opções. Eu confesso que, as vezes, desconheço as posições dos delegados. Mas o Governador, como democrata, irá conversar com cada um, como é do seu estilo.

RN/ECONÔMICO — Se eleito Paulo Maluf, o que tem a esperar o Rio Grande do Norte?

JESSÉ — O Rio Grande do Norte terá a conclusão da fábrica de barrilha, o Rio Grande do Norte terá o aproveitamento das águas-mães, o Rio Grande do Norte terá a irrigação da Chapada do Apodi, o Rio Grande do Norte terá melhores oportunidades.

RN/ECONÔMICO — Isso consta dos planos dele?

JESSÉ — Consta dos planos dele. Eu não iria assumir um compromisso com o Deputado Paulo Maluf, mesmo sendo dileto amigo dele, se ele não tivesse condições de assumir um compromisso desses comigo.

RN/ECONÔMICO — Como ocorreu sua aproximação com Paulo Maluf?

JESSÉ — É meu colega na Câmara dos Deputados. E tive a chance e o prazer de conhecer uma figura humana admirável e um político altamente competente. E eu acho que nós temos de mudar. Continuar o que está aí não dá. Chega.

RN/ECONÔMICO — Alguns jornalistas dizem que Paulo Maluf representa um novo tipo de autoritarismo?

JESSÉ — Eu discordo totalmente. Porque Maluf irá governar com a classe política. Autoritarismo existe agora.

RN/ECONÔMICO — Mas eles se referem à ânsia de poder de Maluf...

JESSÉ — A ânsia de poder dele é normal. É porque o desejo dele é fazer o maior Governo da História do Brasil. Ele irá fazer. E eu falo isso com a maior convicção.

RN/ECONÔMICO — Deputado, acha que o Ministro Andreazza devia afastar-se do seu cargo para fazer a campanha?

JESSÉ — Desde que ele não use, não utilize o Poder de Ministro do Interior para a campanha política... tudo bem.

RN/ECONÔMICO — Como vê o quadro político do Rio Grande do Norte? Carlos Alberto ainda fica muito tempo no sistema? João Faustino ficará no esquema dos Maia?

JESSÉ — Eu elegi um Governador, José Agripino. Tenho certeza absoluta que ele fará uma grande administração. Daí acreditar que dificilmente a liderança jovem de José Agripino será derrotada. Por isso existem dois caminhos: ou os que se ligam ao nosso grupo que trabalha pelo nosso Estado, que é sério, permanece unido, ou não haverá espaço, no PDS, para dissidência. Isso é uma opinião, franca. Eu acho que não existe nenhuma dissidência no nosso partido.

RN/ECONÔMICO — Pode precisar que grupo é esse?

JESSÉ — É o grupo do PDS. Com o Governador José Agripino. Fora disso não existe outra saída.

RN/ECONÔMICO — Acha, por exemplo, que se Carlos Alberto se rebelar, não teria sucesso?

JESSÉ — Não acredito que Carlos Alberto faça isso. Não posso analisar por esse prisma. Só poderia analisar sob fatos. Isso para mim, eu tenho certeza, não vai acontecer. Por que? Carlos Alberto não se elegeu Senador, não teve uma grande votação, um mandato de oito anos? Por que vai mudar? Só se ocorrer um desastre político.

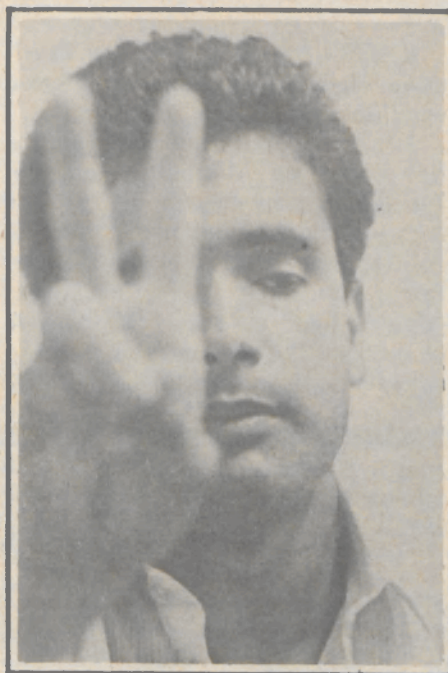
RN/ECONÔMICO — Esse grupo tem, hoje, efetivamente, a liderança de José Agripino ou seria dirigido por uma «troika» familiar?

JESSÉ — Não. Não existe uma liderança Maia. Arbitrária, ditatorial. Existe um grupo. Do Senador Dinarte Mariz, do Deputado Antônio Florêncio, meus, também.

RN/ECONÔMICO — Como vê o futuro político do ex-Governador Aluizio Alves?

JESSÉ — Acho que Aluizio Alves tem e sempre terá espaço político no Rio Grande do Norte. Tem sua liderança inquestionável. Conheço sua competência.

RN/ECONÔMICO — Nas próxi-



mas eleições Aluizio, com possíveis defecções do PDS, poderá ser um adversário muito forte?

JESSÉ — Eu acho que a dissidência, se houver, não será forte, será fraca. Nós somos fortes, porque somos unidos. Na hora em que um debandar, esse se enfraquece. O PDS continua forte. Nós já comprovamos isso em 78 e agora. O PDS só poderá se enfraquecer se o Governador José Agripino não for feliz na sua administração. Isso eu tenho certeza não ocorrerá.

RN/ECONÔMICO — E uma composição política entre Carlos Alberto e Aluizio Alves?

JESSÉ — Carlos Alberto se elegeu Senador pelo PDS.

RN/ECONÔMICO — E João Faustino?

JESSÉ — João Faustino foi Secretário da Educação no Governo Tarcísio Maia e se elegeu deputado no final deste Governo. Se elegeu depu-

tado federal mais votado pelo partido também no final do Governo Lavoisier Maia. Os seus liderados estão no PDS. Então, não vejo espaço para ninguém fora do PDS. Não vejo condições de sobrevivência política. Acho um suicídio.

RN/ECONÔMICO — Mas Aluizio Alves venceu contra o Poder do Governo de Dinarte?

JESSÉ — Mas, aí, temos de lembrar que Aluizio só teve condições de se eleger porque, além de contar com o apoio do PSD, contou com o apoio da metade ou mais da metade da UDN. Ninguém ganha eleição sozinho. Só se ganha com densidade política. Eu tenho visitado o interior e vejo que nenhuma liderança significativa tem disposição de acompanhar um candidato que não seja do PDS.

RN/ECONÔMICO — Quais são suas áreas de atuação no Estado?

JESSÉ — O ano de 83, foi terrível. Um ano em que todas as áreas — cultural, econômica, social, agrícola, etc. — foram nulas. Foi o ano que reservei para apoio à livre iniciativa econômica, de apoio a descentralização econômica, de apoio a maior representatividade do sistema federativo, de apoio aos municípios, de apoio ao fortalecimento da classe política. Infelizmente nada disso foi possível porque nós estamos sob um regime totalmente castrador, centralizador, inibidor da atividade privada. Por isso é que eu volto a dizer: a minha convicção de que isso vai mudar com a eleição de Maluf. Então eu acho que a eleição do Presidente da República será fundamental para que a gente possa mudar a nossa face e possa ter um Brasil diferente. Porque eu pergunto: será que nós, brasileiros, aguentamos mais seis anos de Governo com uma centralização como estamos tendo agora? Não. Todos nós sabemos que não.

RN/ECONÔMICO — E em 84, quais seriam suas prioridades?

JESSÉ — Em 84 continuarei a dar toda assistência possível aos meus municípios através de recursos do Governo Federal, através do meu trabalho junto ao Governador e de apoio total à iniciativa privada no Rio Grande do Norte. E lutar, com todas as minhas forças, para que de uma vez por todas a gente mude a face do Brasil e passe para um Governo democrático e aberto.

RN/ECONÔMICO — Quais os seus projetos para o Rio Grande do Norte?

JESSÉ — Sabidamente, nós, depu-

tados e senadores, pela Constituição, não podemos fazer nenhum projeto em matéria econômica e financeira. O que nós podemos fazer é uma reforma tributária da maior amplitude. Mas é impossível, isso, porque o Governo Federal detém instrumentos inibidores de qualquer atividade. Fora isso, a nossa atuação, na maioria das vezes, fica restrita a um trabalho tipo formiga junto aos Ministérios. Então isso é humilhante para o cargo de deputado federal. Então, fazer um projeto para o Rio Grande do Norte em relação a que? Pedir a construção de uma fábrica? Não é de nossa competência...

RN/ECONÔMICO — Então o deputado é pela reforma da Constituição?

JESSÉ — Total. Da maneira que está, jamais sairemos dessa situação.

RN/ECONÔMICO — É partidário das eleições diretas?

JESSÉ — No momento, não. Acho que as eleições diretas devem ser instrumento de discussão para o próximo período. Inclusive, na minha opinião, sou favorável a eleição direta para Presidente da República que tenha um papel muito mais contempla-

tivo, de representatividade em escala nacional e para eleição indireta de um primeiro-ministro, dentro do Congresso.

RN/ECONÔMICO — Então o deputado é parlamentarista?

JESSÉ — Misto. Acho que a experiência de eleição direta no Brasil não tem sido muito positiva. Eleição direta para Presidente. Em quase 100 anos de República, jamais tivemos um período longo de atividade democrática.

RN/ECONÔMICO — Acredita num esquema contra Maluf?

JESSÉ — Acho que o Presidente João Figueiredo jamais tomaria esse tipo de posição. Por que contra Maluf?

RN/ECONÔMICO — E o Presidente Figueiredo vê com bons olhos a candidatura Maluf?

JESSÉ — Acho que vê. Tanto é que conversou 70 minutos com ele. Eu jamais conversaria 70 minutos com uma pessoa que eu tivesse algo contra. Essa história de que o Presidente Figueiredo vai abrir baterias contra Maluf eu escuto desde que cheguei no Congresso. E eu só vejo o Presidente desarmar baterias contra

Maluf.

RN/ECONÔMICO — Na sua opinião, quem é o candidato pessoal do Presidente Figueiredo?

JESSÉ — Não tem candidato pessoal. Irá apoiar o candidato que vencer na Convenção.

RN/ECONÔMICO — O Deputado acha que a eleição de Paulo Maluf mudará muita coisa?

JESSÉ — Sim, tenho a absoluta certeza. O que não pode é um cheque de 440 bilhões de cruzeiros ser coberto pelo Banco Central do Brasil e o Governo Federal atrasar na liberação da emergência, que no ano de 83 não chegou a casa dos 420 bilhões de cruzeiros. Então, tenho certeza que, através da descentralização da nossa economia, através de investimentos realmente significativos, nós iremos sair dessa crise. Mas tenho um Presidente que venha completar essa fábrica de barrilha.

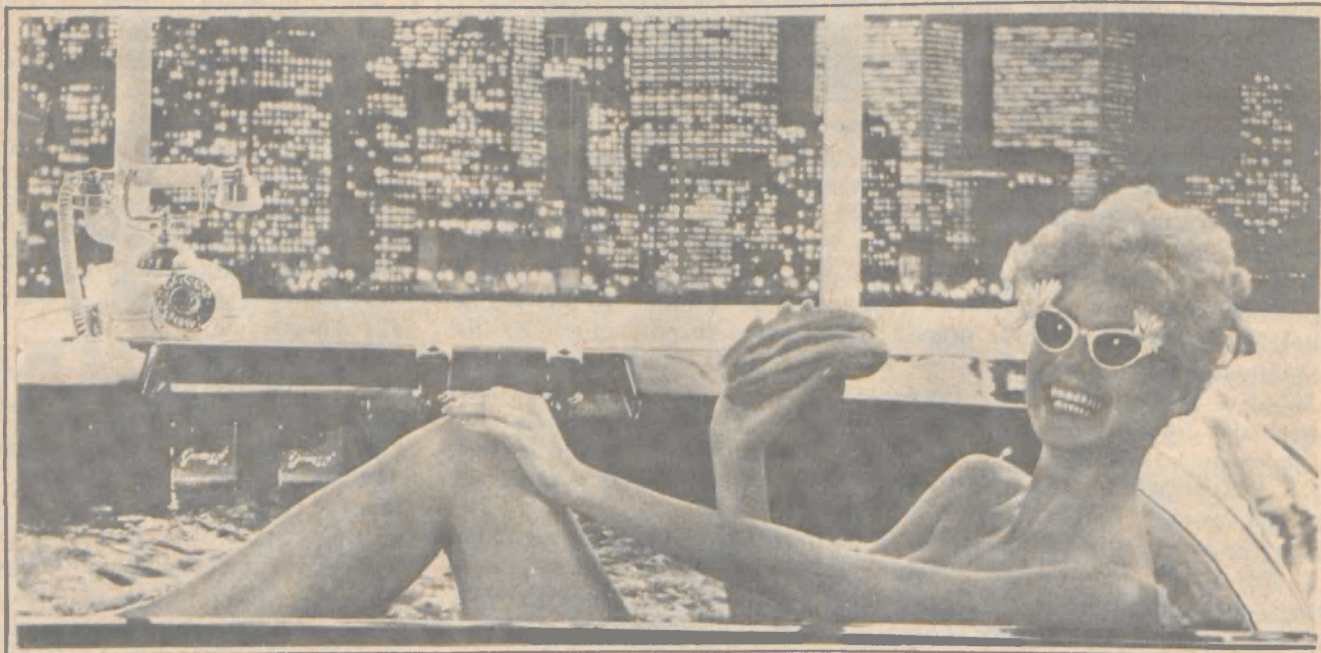
RN/ECONÔMICO — Qual a sua aspiração na política no Rio Grande do Norte?

JESSÉ — Exercer o meu mandato. Eu nunca esperei ser Deputado Federal com 23 anos. Agora, o futuro a Deus pertence. □

CODIF TEM

Um Departamento Especializado em: piscinas, equipamentos e acessórios, sistemas de iluminação e som subaquático,

produtos químicos p/tratamento d'água, banheiras com sistema de hidroterapia, bombas hidráulicas e sistema de pressão.



Com pessoal tecnicamente capacitado para orientar, dimensionar e construir sua piscina, obedecendo aos mais modernos padrões de qualidade e aos mais atualizados critérios técnicos para seu maior conforto e segurança.



Companhia
Distribuidora de Ferragens

Rua Dr. Barata, 190/192 — Ribeira
Fone: 222-3571 — Natal-RN

Armazém Pará cresce se vindo ao crescimento de Natal



Com a implantação de moderna loja na Prudente de Morais, o Armazém Pará cumpre seu propósito de crescer sempre para servir ao crescimento de Natal. Funcionalidade, facilidades de

estacionamento e todos os itens de preço e qualidade que são a tradição do Armazém Pará estão na nova loja no coração da zona sul. Bom gosto e os melhores preços do Estado em material de construção de qualidade.

Agora com a nova loja da Avenida Prudente de Morais, 2007 —
Fone: 231-7006 — Natal-RN

ARMAZÉM
PARÁ
O MUNDO BARATO DA CONSTRUÇÃO

Não é só o mutuário que teme aumento de julho

“Se o aumento da prestação da casa própria, em julho próximo, ultrapassar os 150% liquidará o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) sem choro nem vela. Do jeito que as coisas andam, o poder aquisitivo está completamente desnivelado com as prestações. Quem quer comprar não tem rendas e quem já tem não está podendo pagar. E nisto tudo se estabelece um fator subjetivo, psicológico: o indivíduo nem faz mais cálculos para comprar. Ele foge do BNH como o diabo da cruz. A verdade é que ninguém acredita mais nos responsáveis pela política econômica do Governo”.

O melancólico desabafo é do Presidente do Sindicato das Indústrias de Construção Civil, Flávio Azevedo, que também é Diretor de uma das pontas-de-lança entre as construtoras do Estado. Embora suas declarações sejam carregadas de um pessimismo corrosivo, ao analisar o mercado imobiliário, elas repercutem entre as 28 empresas vinculadas à entidade que preside e já vinham sendo orquestradas por todo o País desde o ano passado, quando do reajuste de 130,04% que o BNH jogou nas costas dos mutuários. Flávio faz coro com essas vozes ao lembrar que o problema é conjuntural — “o País está quebrado” —, e chama especial atenção para o problema vivido aqui, no Estado, cuja economia padece de um quadro ainda mais anêmico, em razão de suas peculiaridades.

ESTOQUE — Não bastasse o estoque de imóveis desocupados, que segundo ele varia entre 400/500 unidades, inalterado desde setembro do ano passado, Flávio anuncia que entre março e abril serão jogadas no mercado de 200 a 300 unidades. “Aí a situação vai complicar de vez! São imóveis de incorporação própria que devem ser vendidos para pagar aos agentes financeiros. Se o empreiteiro termina a obra e não vende, vai pagar com o que?” — indaga angustiado, para completar que “se o aumento acompanhar os índices de correção monetária, ficará entre 150% e 170%, e isto destruirá o sistema.

Quem já comprou não vai poder pagar, o pessoal de conjuntos, principalmente. O número de inadimplentes os agentes financeiros guardam debaixo de sete chaves. Varia de um para outro, mas sabe-se que é alto se compararmos com dois anos atrás”.

Essa opinião é generalizada entre os corretores de imóveis. Waldemir Bezerra de Figueiredo, Gerente da Bezerra Imóveis, já ouviu quem dissesse que o próximo reajuste poderá chegar a 200%, e enfatiza o agravamento que isto acarretará. “Aqui, a retração está pior do que em outros

setores. Apesar de toda recessão, o básico sofreu o abalo, mas a construção civil ressentiu-se mais. Qualquer imóvel hoje você não consegue alugar inferior ao valor da prestação. Quem comprou de cinco anos para trás está numa situação mais ou menos cômoda, mas quem comprou de dois anos para cá ficou numa posição difícil, pois, na maioria dos casos, os salários tiveram reajustes inferiores aos das prestações e aluguéis”.

Ele concorda com Flávio Azevedo e outros corretores acerca da pouca importância do novo sistema de pagamento criado pelo BNH — o SINC —, através do qual paga-se abaixo da Tabela Price durante dois anos para alcançá-la no final deste período. “Quem tem capacidade de análise vê que não é hora de se comprar casa própria. Agora, tem que ocorrer mudanças profundas e rápidas no SFH até o meio do ano. Em todo o País o problema é um só. Não é a tabela



Mutuário apertado...

... com prestações sempre altas

SINC que vai resolver. Teoricamente ela existe mas não funciona. Os agentes financeiros não querem operar, como ocorreu no Sul, onde não deu certo. Só tem uma tendência: é o sistema falir. Para aluguel, temos umas 20 unidades contra uma para venda. No mês de fevereiro vendemos duas. E os imóveis têm preços razoáveis; o povo é que não quer, pois os investimentos estão comprometidos naquilo que seja de sobrevivência imediata. Sabemos que o problema não é só do BNH — que a esta altura deveria reformular o sistema, reduzindo as prestações e as ina-

dimplências —, é toda a recessão, um problema conjuntural”.

VERSATILIDADE: A SOLUÇÃO?

— Enquanto o pessimismo e a falta de horizontes são a pedra de toque da esmagadora maioria dos empresários, mesmo assim ainda existe, entre essas vozes agourentas, quem ainda tenha esperança no soerguimento do setor, a partir de um denominador comum entre os seus diversos segmentos. Como assinala o Gerente da Exata — Consultoria de Bens Imóveis, Enyldo Sydney Tabosa do Egito, que vê na desmotivação dos empresários o sofrimento que a crise lhes infligiu.

Alertando, de início, que “a crise conjuntural é momentânea, advinda de um problema político”, Enyldo Tabosa esgrima toda sua jovial euforia contra a “falta de versatilidade do empresário e a ausência de um estímulo ao comprador em potencial”. E ele arremata, taxativo: “A solução do impasse está na união de todos os que lidam com ele. O Brasil está vivendo uma fase estúpida”, sentencia. “Tudo se volta contra o setor imobiliário. O Governo gera fatores desestimulantes para o mercado comprador e temos todos feito muito pouco em sentido contrário. Enquanto não nos unirmos numa campanha maciça de encontro a este desestímulo, não sairemos do problema. Haveria de existir uma união entre Governo, baixando os impostos diretos e indiretos, empresários da construção civil, que estão desativando suas estruturas de construção, e, como terceiro elemento, os corretores, assessorias, consultorias e empresas de corretagem, que possuem informações de que os empresários não dispõem”.

Para Enyldo, “o BNH não está inviável”. E, sustenta, heroicamente, que a hora de se comprar imóvel é agora. Seus argumentos plantam raízes na sua própria empresa, que prosaicamente tem tentado desviar o fluxo de dinheiro atualmente aplicado no mercado financeiro para o de imóveis.

“O SFH terá soluções técnicas, do ponto de vista operacional, pois, pela primeira vez, o BNH tem um presidente que possui profundo conhecimento do mercado. Afirmamos que a hora de comprar é esta, porque o mercado está em baixa. Há uma minoria que tem dinheiro e, como não tem estímulo, está aplicando no mercado financeiro. Não há um apelo do

empresário de estimular a compra de imóvel como um investimento barato, agora. Ele vai é falar de crise para os jornais. Se houvesse uma campanha publicitária que o imóvel está se valorizando abaixo da caderneta de poupança e que revelasse que o tema moradia é muito mais do que um momento que o Brasil está atravessando, e sim no sentido de se proteger a família, a coisa melhoraria. Aparentemente, quem ganha na poupança ganha menos do que se tivesse investindo a médio e longo prazos”.

“Estamos lançando um empreendimento onde o fator inovação é a versatilidade financeira das prestações. Vamos assegurar aos compradores que o aumento de julho não será superior a 110%. O que der a mais, o empresário banca, dando 12 cheques para cobrir a diferença. Estamos fazendo isto porque acreditamos que o SFH terá através do BNH a solução necessária ao impasse. Isto a Exata assegura. A solução técnica será igual ao reajuste salarial semestral; um valor médio do aumento dos salários. Um raciocínio seria retirar-se a amortização, que a prestação cai quase a metade. O BNH é muito complexo para o homem comum e isto virá com o tempo. Conheço muito bem a filosofia do atual presidente do BNH. Não era para ter havido toda a celeuma dos 130% de reajuste”.

Finalmente, Enyldo acredita que o sistema SINC “será o futuro do País”, caso aumente o percentual retirado da Tabela Price e dilate o prazo de 24 meses, concluindo com uma sugestão que é a menina de seus olhos: uma feira de imóveis. “O Rio de Janeiro, Salvador e Recife fizeram feiras de imóvel e elas geraram o sentimento de compra novamente. Há mais de 15 meses que, de forma generalizada, não está havendo um aumento de imóvel nem ao nível de ORTN. Agora, a envergadura de uma feira de imóvel precisaria de toda uma estrutura. Quem deve tomar a sua frente é o líder do mercado, que, no caso, é Arnon Imóveis”.

CARTAS A MANCHEIA: E AS

RESPOSTAS? — Enquanto a discussão, a nível local, toma vulto ensurdecedor, o Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci), Francisco Ribeiro Alves, prescuta, com preocupação, os rumos que tomou a «Carta de Vitória», documento nascido da sugestão do Senador Carlos Alberto (PDS-RN), na plenária do Conselho Federal da ca-

UM PRESENTE DE 15 ANOS

*A sua revista
está fazendo 15 anos.
Venha participar
desta festa
que é nossa,
que fala da gente,
que conta as coisas boas
da terra da gente —
documenta, registra,
enaltece e critica
com isenção e seriedade,
tem um grande público,
muito bom conceito
e, sobretudo, merece confiança.
São 15 anos de jornalismo
especializado feito
com a prata da casa,
revelando valores novos,
consagrando nomes da terra,
enfim, servindo a cultura
e estimulando o desenvolvimento
do nosso Rio Grande do Norte.
Junte-se a nós,
venha participar
da festa mais potiguar
de nossa cultura
ao lado de quem acredita
no futuro do Rio Grande do Norte.
Faça agora sua assinatura
da nossa revista
RN/Econômico.
Preencha um cheque nominal
de Cr\$ 12.000,00 em favor
de RN/Econômico Empresa
Jornalística Ltda.
e remeta-o à Rua São Tomé, 421,
Centro — CEP 59.000 —
Natal (RN),
durante um ano
você vai acompanhar de perto
a história da sua terra.*

RN ECONÔMICO
EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
RUA SÃO TOME, 421 - TEL. 222-4722 CEP 59.000
NATAL-RN

1 (UMA) ASSINATURA ANUAL

NOME _____

END. DE RECEPÇÃO _____

CIDADE _____

ESTADO _____ CEP _____

TELEFONE _____

DATA ____/____/____

tegoria, realizada a 24 de março do ano passado. Da mesma forma, aguarda respostas à «Carta de São Paulo», de autoria do Presidente do Sindicato de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo, Pedro Mariano Wendel, apresentada e aprovada na plenária de 2 de fevereiro último, e endereçada ao Presidente do BNH, Nelson da Mata.

Em ambas, a categoria delinea a gravidade da situação e transmite um elenco de sugestões concretas para a reativação do setor. Enquanto na primeira os corretores se manifestam “como numerosa parcela do povo brasileiro, angustiados com uma crise que não poupa nenhum setor da atividade econômica, querendo apenas cumprir com o nosso dever”, na missiva seguinte eles previam a médio e longo prazos “descapitalização, iliquidez e insolvência do parque empresarial que produz e comercia

habitações”, culminando com a “inviabilidade do Sistema Financeiro Habitacional por inteiro”.

Por fim, em tom sombrio, Pedro Mariano Wendel apontava, a curto prazo, “um aumento do desemprego em 1984, pelo término das obras iniciadas a 24 e 18 meses, além do agravamento da situação das empresas do setor: escritórios de topografia, de arquitetura, a indústria mobiliária, a de eletrodomésticos, incorporadoras, construtoras e corretores”.

Embora assegure que a «Carta de São Paulo» já refletiu na administração de Da Mata, Francisco Ribeiro, que gerencia a Novo Rumo Imóveis, ainda vê a situação como preocupante. “Em Natal está tudo parado, sem financiamento, sem uma nova programação. O aumento dos 190% vai trazer preocupação. Estamos esperando prazos. Não vejo horizontes muito calmos, não”, finalizou. □

artéria, muito estreita, que liga a Ponte de Igapó — serão solucionados com recursos do AGLURB/EBTU e Banco Mundial, garante ele. O orçamento para este ano gira em torno de Cr\$ 4 bilhões.

SERVIÇOS — Natal conta com um total de 350 ônibus e quatro empresas, que operam com cerca de 290 ônibus — o restante fica na reserva, nas oficinas — transportando uma média diária de 330 mil passageiros. Para coordenar e fiscalizar esse serviço, foram iniciados em 1980 os estudos de transportes coletivos, divididos em duas etapas: estudo de transportes coletivos (para ônibus) — Transcol, “com horizonte de curto e médio prazo”; e Plano Diretor de Transportes Urbanos — “para um horizonte de médio e longo prazo”. Daí, segundo Batinga, foram traçadas, de dois anos para cá, as diretrizes para o sistema de transportes coletivos da cidade. Elaboradas segundo direcionamento da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes Urbanos/Geipot, e Prefeitura Municipal de Natal. As propostas de trabalho se dividiram em físicas, institucionais e operacionais.

As físicas dizem respeito à melhoria da pavimentação de vias, colocação de abrigos de passageiros, construção de terminais e sinalização. Teve seu primeiro impulso durante a administração do ex-Prefeito José Agripino e vem prosseguindo com o atual, Marcos César Formiga. A institucional: definição do órgão a gerenciar o sistema de transportes urbanos públicos, no que resultou no

TRANSPORTES

Uma nova estrutura para o novo ritmo da cidade

O crescimento irreversível da cidade, fez com que surgisse novos bairros e um aumento na população. O serviço de transportes coletivos de Natal, por exemplo, há de ser compatível com esse crescimento. Para coordenar e fiscalizar esse serviço, foi criado o Grupo Executivo de Transportes Urbanos (GETU) hoje transformado em Superintendência de Transportes Urbanos — STU. O superintendente Carlos Batinga, da STU, afirma que o órgão vem cumprindo com a sua missão, tentando solucionar os principais problemas da malha viária de Natal. “Nos últimos quatro anos as administrações têm se voltado para solucionar os problemas de transportes, devido à grande função social que têm esse serviço”. Nessa caminhada em busca de soluções, aqui em Natal, alguns passos já foram cumpridos e já se parte para alternativas mais contemporâneas, pioneiras. Como, por exemplo, os ônibus a gás cuja supervisão de testes será feita pela STU.

Os principais problemas da malha viária de Natal, segundo Batinga, são quanto a falta de uma melhor sinalização. A isso se acrescenta problemas de engarrafamento e ruas estreitas. Mas, Carlos Batinga aponta solu-

ções: “Natal conta hoje com uma pavimentação, onde todas as vias por onde os ônibus trafegam são calçadas e os corredores (avenidas) são asfaltados”. Acrescenta que algumas obras já estão sendo iniciadas, como por exemplo, a nova Ponte das Lava-deiras, nas Quintas. Quanto ao problema de trânsito, do qual ele citou o de sinalização e engarrafamento na



Técnicos da EBTU têm vindo ajudar nos planos

GETU, atualmente STU. Vem complementando essas duas etapas, mais recentemente, a elaboração de regulamentos, zoneamento da cidade e treinamento de pessoal (da Prefeitura e das empresas), etc. As operacionais são quanto às modificações de itinerários, criação de novas linhas de ônibus, definição de novas modalidades de transportes — trem, ônibus a gás, ônibus elétricos. Que são “medidas para melhorar o serviço e diminuir os custos operacionais”, como ressalva Batinga.

O resultado tem sido, de modo geral, satisfatório: pavimentação e asfaltamento de todas as ruas por onde trafegam os ônibus, colocação de abrigos para passageiros, reformas no antigo terminal rodoviário da Ribeira e das Rocas, criação de novos terminais e treinamento de uma equipe de técnicos de níveis superior e médio para melhor gerenciar os transportes. Dessas 14 novas linhas, cinco foram criadas para atender os moradores dos conjuntos do além Potengi — “para onde a cidade tem crescido mais”, salienta Carlos; e três, são as chamadas linhas transversais: uma ligando o Conjunto Soledade (na zona norte) ao Campus Universitário (zona sul), e duas que saem da Cidade da Esperança (zona norte) para o Campus, uma das quais alongando o itinerário até o Conjunto Pirangi, na zona sul. Antes só havia linhas convencionais, saindo dos bairros das zona norte e sul com destino à Ribeira (antigo centro da cidade), Rocas e praias. Como a maior parte das linhas de ônibus da cidade passam pelas Rocas ou Ribeira, foram feitos recentemente obras no antigo terminal da Ribeira e nas Rocas. Mas, é claro, algumas dessas obras têm recebido reclamações. É plano da STU montar postos de reclamações, sugestões e informações nos terminais da Ribeira, Cidade Alta, Alecrim.

SOLUÇÕES — Para Batinga, com o Plano Diretor Territorial e o Plano Diretor de Transportes Urbanos — este aprovado em dezembro último pela Câmara Municipal — vai ser mais fácil solucionar os problemas futuros que forem surgindo com o crescimento da cidade. Ele explica que esses dois planos vão dar diretrizes para ocupação do solo urbano. Como um dos principais problemas das empresas de ônibus são os custos de equipamentos, que têm subido acima da inflação, o que acaba pesando no



Batinga: planejamento

preço da passagem, uma das principais metas do órgão é partir para alternativas — trem, ônibus a gás —, o que melhorará o serviço e diminuirá os custos. Primeiro foi o trem urbano, que beneficiou uma parcela da população que mora nos conjuntos mais pobres, do outro lado do Potengi. Agora, os ônibus a gás, que diminuirão os custos e também será uma melhoria no serviço. Funcionarão em duas linhas — Ponta Negra e Cidade

da Esperança — em testes que durarão três meses, contando a partir de abril. Serão movidos a gás natural, vindo de Guamaré. Essa experiência pioneira — Natal será a primeira cidade do Nordeste a utilizá-los — de acordo com Batinga, tem duas vantagens: não é poluente e economiza divisas.

A STU já está iniciando, inclusive, projeto para implantação de ônibus elétricos. “Se for mantido o fluxo atual de recursos”, comenta Batinga, “até daqui a 24 meses serão implantados”. Funcionarão no corredor Cidade Nova/Ribeira, via Avenida Coronel Estevam, Alecrim. Questionado, portanto, se seria melhor ter uma empresa de transportes do Estado, Carlos Batinga respondeu: “Não é pretensão dessa administração criar uma empresa de transportes públicas”. Explicou que as experiências nesse sentido, no País, “não são animadoras, dão prejuízos”. Adianta, entretanto, que se experiência com ônibus a gás vingar, toda a frota de ônibus da cidade será transformada. □

MERCADO FINANCEIRO

Existe dinheiro. Mas para quem quer pagar muito caro

A crise econômica prolongada destes anos de recessão tem tido seus reflexos mais sensíveis sobre o bolso dos assalariados, os quais, tendo reajustes salariais invariavelmente inferiores às taxas de inflação, vêm-se obrigados a recorrerem a empréstimos, seja para complementar seus

orçamentos, seja para investir em algum bem imóvel que lhes garanta uma certa segurança no futuro. A procura ao mercado de capitais, sobretudo às financeiras e bancos que trabalham com a carteira de crédito pessoal, vem aumentando aqui em Natal, nos últimos meses, apesar das taxas de juros continuarem em ascensão.

Das modalidades de empréstimos bancários, o crédito pessoal — cujo teto máximo situa-se em 50 ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) equivalente a cerca de Cr\$ 465.000,00 — é o mais procurado. De acordo com Francisco de Assis Câmara, gerente da financeira Fiança, 80 por cento de sua clientela é constituída de pessoas que buscam o crédito pessoal. Lembra, todavia, que tal serviço é destinado exclusivamente às pessoas físicas e não é subsidiado o que explica, no seu entender, que as taxas de juros cobradas hoje por aquela forma de empréstimo varie entre 13,50 a 14,20 por cento ao mês na sua agência.



O movimento do crédito é grande



Pandofe: mais procura

CONCORRÊNCIA — Francisco Câmara reconhece que essas taxas são altas, mas observa que vários fatores concorrem para que isto aconteça. Dentre esses fatores, destaca a concorrência do mercado aberto — open market e over night — que oferece atualmente rendimentos de até 20 por cento ao mês, o que afasta uma boa parte dos investidores das Letras de Câmbio, principal fonte de capitalização das financeiras, obrigando a estas a trabalhar com juros mais elevados do que há um ano atrás.

Em vista de tudo isso, e levando ainda em conta o agravamento dos índices inflacionários, Francisco Câmara se confessa pessimista acerca de uma queda imediata nas taxas de juros cobradas pelo crédito pessoal. Segundo ele, é mais provável que essas taxas se estabilizem nos patamares atuais. Não obstante, admite que a procura por empréstimos em sua agência — aberta há apenas cinco meses — está satisfatória e a liquidez é normal, pois os atrasos de 15 a 20 dias, verificados entre uma parcela não especificada da clientela, são considerados normais.

DEMANDA — Para Domingos Sávio, gerente de financiamento da Fininvest, a procura pelo crédito pessoal fica em torno de 80 por cento da sua clientela, e também está em processo de expansão. Observa que esse crédito, sendo um empréstimo de saque rápido (no máximo, em 48 horas) após satisfeitas as exigências básicas: apresentação do contracheque e consulta ao SPC (Serviço de

Proteção ao Crédito) — funciona como uma válvula de distensão das dificuldades financeiras urgentes das faixas salariais situadas entre 3 e 5 mínimos, aliás a maioria da clientela. A título de ilustração, Domingos Sávio assinala que a Fininvest trabalhou durante o mês de fevereiro último, com uma previsão de Cr\$ 185 milhões, só para a carteira de crédito pessoal. Essa quantia recebeu complementação de Cr\$ 10 milhões, fato que ilustra um aumento inesperado da demanda do público.

Quanto às taxas de juros cobradas para o crédito pessoal, Domingos explica que elas variam agora entre 12,2 a 14,85 por cento ao mês, dependendo do tipo de contrato desejado pelo cliente e que varia de 6 a 15 meses. Em seu entender, essas taxas

também estão elevadas, lembrando que há um ano atrás, tais taxas não ultrapassavam os 12 por cento em prazo máximo. Mas há motivos, explica. A concorrência das cadernetas de poupança e do mercado aberto, bem como a inflação, que concorrem simultaneamente para encarecer o custo do dinheiro. Ressalva porém que para clientes situados em faixas salariais mais altas, a Fininvest oferece modalidades de empréstimos a juros menores, como é o caso do Cartão de Crédito, espécie de cheque especial pré-fixado de que o cliente pode lançar mãos sempre que o quiser, e cujo pagamento é negociado posteriormente.

SERVIFONE — Ainda dentro da modalidade do crédito pessoal, Domingos informa que a Fininvest estará inaugurando ainda este mês o Servifone — empréstimo por telefone — serviço que pretende facilitar a vida do cliente, haja vista que este não precisará mais se dirigir à agência financeira para fechar um empréstimo. Bastará contactar pelo fone com a carteira de empréstimo e, acertado o negócio, ele só irá até a agência quando for receber o dinheiro, o qual não poderá exceder mais de 25 por cento do seu salário líquido.

Também no Bandern Crédito, Financiamento e Investimento S/A, é grande a procura pelo crédito pessoal. É o que afirma Francisco Pandofe Cavalcanti, Diretor de Operações daquela firma. Mas assinala que a partir do começo deste ano a procura por aquele serviço sofreu uma pequena queda, compensada porém por uma maior procura. □



Domingos: expansão

CADEANETA DE POUPAÇA



IÚBSSA - International Union Building Societies And Savings Associations
 UNIAPRAVI - Union Interamericana de Ahorro Y Prestamo para La Vivienda
 BIAPE - Banco Interamericano de Ahorro Prestamo.

ABECIP - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança.

ANECIP - Associação Nordeste das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança.

ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO RIOGRANDENSE DO NORTE
 CARTA PATENTE Nº 24 DO BNH C.G.C. (M.F.) 08.344.426/0001-74

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 Álvaro Alberto Souto Filgueira Barreto - Presidente
 Luiz Sérgio Souto Filgueira Barreto
 Mário Roberto Souto Filgueira Barreto
 Elias Antônio Souto Filgueira Barreto
 Martha Maria Souto Filgueira

DIRETORIA EXECUTIVA
 Álvaro Alberto Souto Filgueira Barreto
 Mário Roberto Souto Filgueira Barreto

SEDE: R. JOÃO PESSOA, 267 - Edif. Cidade do Natal - 5º andar - Natal, RN
 AG. CENTRO NATAL - Edif. Cidade do Natal - Loja 9
 AG. PADRE JOÃO MARIA - Pça. Pe. João Maria, 78 - Natal
 AG. ALECRIM - Rua Manoel Miranda, 1409 - Natal
 AG. LAGOA NOVA (CCAB) - Alfonso Pena, 394 - Loja 18 - Petrópolis - Natal
 AG. PONTA NEGRA - Estrada Natal/Ponta Negra - CCAB - Sul

AG. MOSSORÓ - RN - Pça. Vigário Antônio Joaquim, 127
 AG. CAICÓ - RN - Av. Seridó, 344
 AG. CURRAIS NOVOS - RN - Pça. Cristo Rei, 64
 AG. PAU DOS FERROS - RN - Rua Pedro Velho, 140
 AG. APODI - RN - Rua São João Batista, 284
 AG. CEARÁ-MIRIM - RN - Rua General João Varela, 684

AG. PATU - RN - Rua Francisco Dutra s/nº
 AG. MACAU - RN - R. Martins Ferreira, 385
 AG. NOVA CRUZ - RN - R. Dr. Pedro Velho, 14
 AG. S. GONÇALDO DO AMARANTE - RN
 - Est. Natal/Ceará Mirim s/nº

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31.12.83

A T I V O			P A S S I V O		
	1983	1982		(1983)	(1982)
CIRCULANTE	(1) 12.444.587.811,36	4.321.684.235,64	CIRCULANTE	(4) 4.936.343.220,33	1.686.315.718,11
Disponível	721.798.865,63	449.208.249,46	Depósitos especiais	318.127.114,16	95.395.218,19
Aplicações imobiliárias	8.836.689.691,22	3.554.986.028,84	Recursos do BNH	3.741.043.263,00	1.290.014.918,40
Aplicações mobiliárias	95.248.790,95	35.699.944,59	Recursos de terceiros	877.172.843,17	300.905.581,52
Bens em trânsito	-	17.298.796,15	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	(5) 22.481.144.040,55	7.269.428.851,79
Créditos de rendas a incorporar	2.790.850.463,56	264.491.216,60	Recursos do BNH	22.481.144.040,55	7.269.428.851,79
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	(2) 29.572.672.908,46	9.413.445.320,49	RESULTADOS DE EXERC. FUTUROS	(6) 114.719.405,90	60.890.000,85
Aplicações imobiliárias	28.863.805.750,46	9.331.389.086,44	PATRIMONIO SOCIAL	(7) 15.364.359.835,94	5.043.202.231,85
Aplicações mobiliárias	114.860.955,08	62.343.258,56	RECURSOS PRÓPRIOS	7.650.970.522,86	853.822.905,66
Créditos em liquidação	594.606.202,92	19.712.975,49	Recursos de Associados	12.713.389.313,08	4.189.379.326,19
PERMANENTE	(3) 879.305.782,90	324.707.246,47	TOTAL DO PASSIVO (4 + 5 + 6 + 7)	42.896.566.502,72	14.059.836.802,60
TOTAL DO ATIVO (1 + 2 + 3)	42.896.566.502,72	14.059.836.802,60			

Natal, 31 de dezembro de 1983.-

ÁLVARO ALBERTO SOUTO FILGUEIRA BARRETO
 Diretor

MÁRIO ROBERTO SOUTO FILGUEIRA BARRETO
 Diretor

FRANCISCO CÂMARA JÚNIOR
 Téc. Cont. - CRC/RN - 2.473

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE

ENCERRADO EM 31.12.83

1 - Receitas operacionais	21.340.977.740,40
2 - Despesas operacionais	20.054.875.913,20
3 - Resultado operacional (1 - 2)	1.286.101.827,20
4 - Resultado não operacional	75.567.806,17
5 - Resultado de ajustes monetários	434.626.010,32
6 - Resultado do período antes da provisão p/garantir dividendos futuros (3+4-5)	927.043.623,05
7 - Provisão para garantir dividendos futuros	462.675.094,35
8 - Resultado líquido do período (6 - 7)	464.368.528,70
DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO	
9 - Fundo de reserva	189.338.528,10
10 - Fundo de emergência	94.669.264,05
11 - Participação da administração	97.006.585,65
12 - Dividendos suplementares	9.612.428,54
13 - Saldo a disposição da AGO (8-9-10-11-12)	73.741.722,36

Natal, 31 de dezembro de 1983.-

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1983

NOTA 1 - DIRETRIZES CONTÁBEIS - Os procedimentos e princípios contábeis adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1983, resumiremos como segue:

a) As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com a Circular IPE - 06/79, de 06 de dezembro de 1979, do Banco Nacional da Habitação - BNH;
 b) Foram corrigidas as Contas do Patrimônio Líquido e Ativo Permanente, em obediência a Circular IPE - 08/78, de 15 de dezembro de 1978 e Decreto-Lei nº 1.598/77;
 c) Regime Contábil - é adotado o de competência do exercício. As Receitas, Despesas e Custos de Operações Financeiras são acumulados em função da fluência dos prazos contratuais das operações e outros eventos, observadas normas operacionais específicas estabelecidas pelo Banco Nacional da Habitação;

d) Os grupos das contas de Aplicações Imobiliárias, Recursos do Banco Nacional da Habitação e Recursos de Associados, são corrigidas monetariamente com base na variação das UPC's - UNIDADES PADRÃO DE CAPITAL, do Banco Nacional da Habitação-BNH;

e) O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, mais correção monetária, menos depreciação, com base no método linear. As taxas utilizadas levam em linha de contas as estimativas de vida útil-econômica dos bens;

NOTA 2 - As Aplicações Imobiliárias são garantidas pela hipoteca dos imóveis objeto das operações, por seguro contra os riscos de morte, invalidez permanente, incêndio e por seguro de crédito imobiliário, em conformidade com as normas do Banco Nacional da Habitação e diretrizes do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

NOTA 3 - Os valores destacados em "Créditos em Liquidação", representam créditos em situação anormal conforme preceitua a Circular DEIPE - 08/82, de 04 de agosto de 1982. Todos esses créditos são amparados pelas garantias descritas na NOTA 2. Além disso existem provisão para Créditos em Liquidação em montante que representa 15% do total desses créditos. Dessa forma não ocorrerá qualquer perda patrimonial com a liquidação de tais ativos.



Empresários têm procurado saber o que os candidatos pensam

POLÍTICA

Empresários estão atentos à ação dos presidencialistas

NELSON PATRIOTA

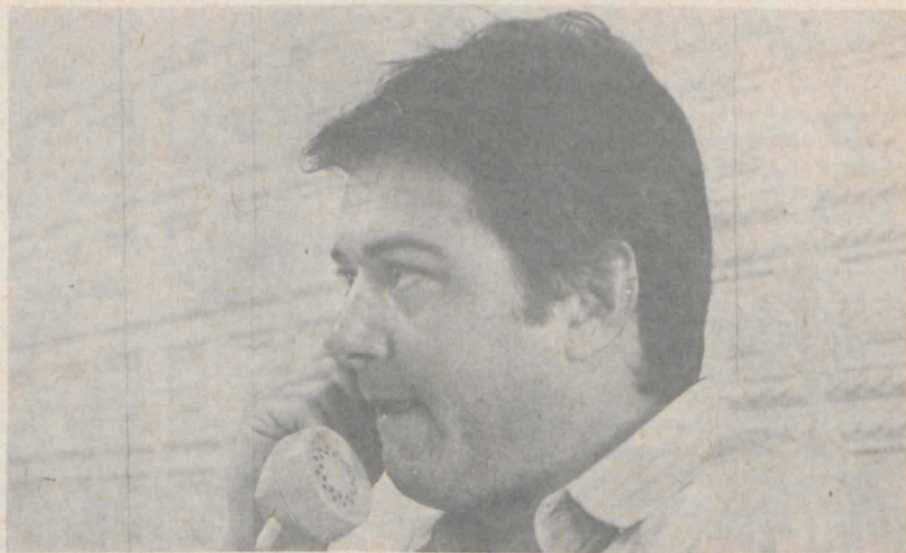
A trama e o desfecho em vista, mas ainda indefinido, da sucessão do Presidente João Figueiredo, não concentram as atenções apenas da classe política. Suas consequências dizem respeito a todos os segmentos representativos da sociedade brasileira, incluída aí do Nordeste. Dentre esses segmentos, o empresariado nacional destaca-se pelo seu poder de influência e pressão, enquanto a classe ligada ao setor secundário da economia — a indústria — mas também como protagonistas atentos e interessados na solução dos problemas maiores que se abatem sobre a sociedade brasileira como um todo.

O meio empresarial do Rio Grande do Norte, embora procure se manter equidistante das disputas meramente políticas que envolvem a trama confusa e cáustica que se formou em torno da sucessão presidencial, começa, não obstante isso, a discutir e propor sugestões que ajudem a resolver o dilema imposto ao País, com especiali-

dade à classe política, no que respeita à esfera própria de sua atividade: a produção. De fato, o problema da sucessão presidencial de muito já extrapolou os limites dos organismos políticos e saiu às ruas, haja vista as manifestações populares que vêm se sucedendo nos centros urbanos do País

e dividindo as opiniões não apenas em torno de nomes para ocupar o Planalto, mas também da forma como esse processo deve ser encaminhado.

IMPOSSIBILIDADE — Administrador de empresa com Curso de Especialização, e com interesses tão diversificados como uma construtora — GM Empreendimentos Ltda; uma Universidade — APEC, além de diversas lojas explorando o ramo de materiais de construção, o empresário Paulo de Paula se confessa partidário da escolha pelo voto popular do próximo presidente da República,

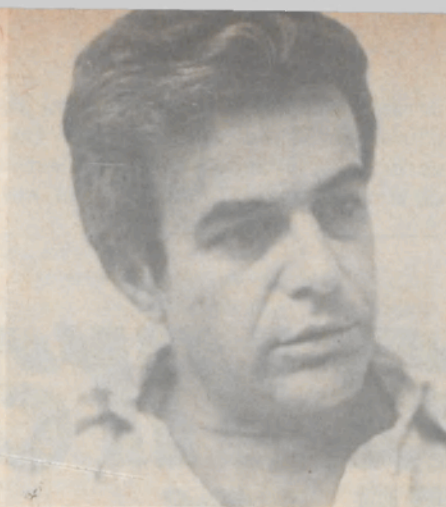


Paulo de Paula é pelo voto popular

mas reconhece que tal possibilidade está bastante improvável no atual quadro político do País. Não obstante isso, confia que a sucessão desague na escolha de um nome saído dos quadros políticos do Nordeste — hipótese ideal, admite, para retirar a região da profunda crise sócio-econômica em que ora ela se encontra. E ressalta: “Nossas necessidades são tão grandes que só um político nordestino alçado à Presidência, poderia garantir o encaminhamento das soluções de que carece o Nordeste”.

Mas Paulo de Paula não está preocupado apenas com as dificuldades nordestinas. Em seu entender, questões como a dívida externa e interna do País, bem como os juros escorchantes praticados pelo mercado financeiro, a recessão econômica continuada e sem solução a curto prazo, constituem motivos de reflexão persistente. Em vista disso, cobra para o Nordeste, “cuja situação é desigual ao de outras regiões brasileiras”, um tratamento diferenciado em termos de políticas fiscal e monetária”. Sugere também que o Governo futuro deve incentivar a região em todos os níveis, através da reativação da Sude-ne e de outros órgãos afins.

Arrematando seu ponto de vista so-



Fernando: um do consenso

bre o «Governo ideal» que sucederá o atual, Paulo de Paula diz esperar que seja uma “forte liderança em quem se depositaria confiança e credibilidade e onde qualquer sacrifício for participativo e corresponsável pelas decisões a serem tomadas”.

CONSENSO — “Em face da situa-



Filho. Mas o que fascinou mais em Maluf foi a sua profissão de fé quase fanática na iniciativa privada. Para o empresariado, não deixa de ser uma mensagem confortadora num momento em que o Estado avança em todas as áreas e, a cada dia, mais onera os negócios com impostos e taxas.

SONDAGEM — Os empresários têm se mantido, em geral, na maior expectativa. E por conta dessa expectativa participam quase compulsoriamente do processo político atual com inusual entusiasmo. Agora, no contexto do Estado, é difícil a formação de um

bloco em favor deste ou daquele candidato. O mundo dos negócios é complexo, repleto de vinculações. A situação do Rio Grande do Norte, em relação à sucessão presidencial, é peculiaríssima. O Governador José Agripino tem um candidato, seu pai, Tarcísio Maia, tem outro e seu primo, Lavoisier Maia, um terceiro. As coisas, pois, estão muito complexas, embora seja dito todo dia que é lícito discordar, que é lícito ter preferências, que tudo isso é próprio da democracia.

ção crítica que o País atravessa, o futuro governante deve representar um consenso na sociedade, onde haja em sua escolha a opinião dos empresários e dos trabalhadores, pois a situação atual do País é tão grave que, se a escolha não for representativa, corremos o risco de aprofundarmos o impasse em que estamos”.

A afirmação acima é do empresário Fernando Bezerra, Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte — FIESP, e Diretor-Tesoureiro da Confederação Nacional da Indústria — CNI. Partidário do processo de escolha direta do futuro presidente da República, Fernando reconhece que essa hipótese tem poucas chances de se efetivar, em vista do que opta por um nome de consenso: “O novo Governo, nascido de eleições diretas ou legitimado por um consenso, terá necessariamente compromissos com o desenvolvimento do País. Mais ainda: terá compromissos com o povo em torno de um processo de crescimento nacional que reduza as desigualdades entre regiões e entre os diversos segmentos da sociedade brasileira”.

O Presidente da FIERN propõe ainda que entre as tarefas prioritárias do futuro governante da Nação, deve-

O Rio Grande do Norte é um Estado muito vulnerável; é dependente em demasia. Tudo que se faz com algum vulto tem vinculações, implicações, relações com muitas esferas. Não se está falando de oportunismo. A coisa é bem outra. É possível que com o processo de eleição direta esse mundo de vinculações e estranhas influências fique reduzido a um nível em que se possa pôr a cautela de lado e abordar os assuntos políticos com mais desenvoltura na área empresarial.

Cautela, uma posição para a época

Não é que os empresários do Rio Grande do Norte não tenham espírito democrático. Têm. São, por natureza, liberais. Não é difícil aferir essa posição. O universo empresarial do Estado é muito restrito, pequeno. Mas não é fechado, embora não esteja em expansão. Mas é que, em questão de eleição para a Presidência da República, há um interesse todo especial — pelo menos em termos de presenciáveis — em saber o que pensam os candidatos. Os empresários se movem com muita cautela. Ficaram, sim, entusiasmados com Paulo Maluf. Sobretudo, por causa da ação do Deputado Jessé Freire

ria se incluir uma reformulação do modelo econômico, incluída aí a renegociação da dívida externa em novas bases, mais satisfatórias para a eco-

nomia brasileira, "pois da maneira como vem sendo conduzida pelo Governo, está levando o País a um estado de pré-convulsão social". Quanto

ao problema Nordeste, Fernando destaca que essa região precisa ser encarada como um problema nacional, e não regional, como vem sendo

Uma virada de 5 bilhões.

O ano novo chegou com uma boa nova para a Poupança Bandern: foram alcançados 5 bilhões de cruzeiros em depósitos.

Este número torna-se ainda mais significativo porque a Poupança Bandern tem apenas 3 anos de atividades.

Durante esse tempo, ela foi a Caderneta de Poupança que mais se desenvolveu no Rio Grande do Norte. Graças à confiança de pessoas como você, que gosta de ver o seu dinheiro se multiplicar dia e noite,

na maior tranquilidade. Sem sair das fronteiras da terra natal.

Na comemoração desses primeiros 5 bilhões em depósitos, o Rio Grande do Norte está de parabéns. E vai continuar poupando e multiplicando na Poupança Bandern.

BANERNETA
DE POUANCA
BANDERN



feito no momento e alerta que se não tivermos inverno regular este ano — “tudo indica que não teremos” — será preciso estabelecer outro Plano de

Emergência, mais abrangente, pois “todo esforço do Governo deve ser no sentido de salvar o povo que está morrendo de fome”, enfatiza, observando que a afirmação é forte, mas apropriada.

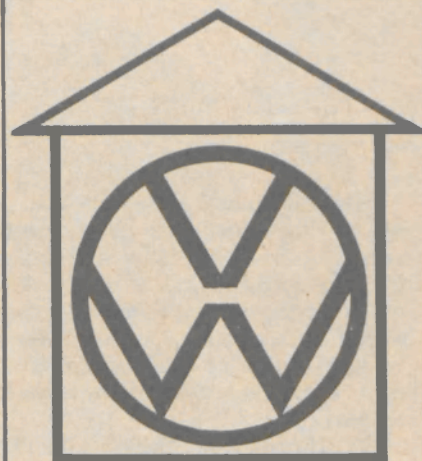
De acordo com o empresário Nilson Rocha, vice-Presidente do grupo Guararapes no RN, o sucessor do Presidente João Figueiredo deverá preencher quatro condições, as quais enumera: 1 — ter credibilidade popular, inspirar confiança e ser um bom administrador; 2 — ter eficiência confirmada na administração pública; 3 — ter tido a coragem de contestar a orientação atual no plano econômico, “pois todos estão vendo que ela não vem dando certo, e portanto, deve ser mudada”; 4 — considerar o Nordeste como um problema prioritário na consolidação da unidade nacional.

ESTÍMULO — Nilson Rocha resalta também que a ênfase desse futuro governante deveria ser no estímulo à produção, pois “a protelação e adiamento do desenvolvimento econômico não paga dívida”. Quanto ao método de escolha do futuro presidente da República, Nilson Rocha tem posição firmada no sentido de que ambas as formas de eleição — a direta e a indireta — são válidas, e por si só nenhuma delas significaria a solução imediata dos problemas nacionais.

CETICISMO — Também partidário da escolha direta do futuro governante, embora cético sobre as chances reais de sua concretização, o empresário Eider Mesquita, proprietário da Casa Rubi — confecções — e há três décadas nesse ramo, vê o País imerso em sua maior crise econômica desde sempre. Incisivo, Eider Mesquita denuncia que o Governo “passou a ser o agiota do País”. E explica: “Nunca o trabalho mereceu tão pouco incentivo da parte do Governo, o qual só dá estímulo à poupança, ao capital financeiro”.

Na opinião de Eider Mesquita, o futuro governante da Nação, “para acertar”, teria de tomar diversas medidas urgentes, dentre as quais destaca: incentivo à produção, barateamento dos juros, e liberação de créditos para o comércio, a indústria e a agricultura, a fim de retirar o País da grave recessão econômica em que encontra hoje, pontos, aliás, também defendidos pela quase unanimidade do empresariado norte-riograndense. □

PEÇAS PARA VOLKSWAGEN E FIAT



CASA DO VOLKS



É necessário manter seu patrimônio em dia. A época é de crise. E se você possui Volkswagen ou Fiat, não se esqueça que a Casa do Volks tem todo tipo de peça e acessórios para esses carros, inclusive tintas automotivas. A Casa do Volks vende a preços, realmente, sem competidor. Um amplo estacionamento coberto e um dos melhores atendimentos da cidade são bons motivos para você comprar na Casa do Volks. Seu carro estará mais protegido e você, naturalmente, mais satisfeito. Afinal, manter um patrimônio não é fácil.

GURGEL & OLIVEIRA

Comércio e
Representações Ltda.

Av. Prudente de Moraes, 1804
Tel.: 223-2488

Eleições Diretas

RAIMUNDO SOARES

De acordo com a Constituição de 1891, o Presidente e o Vice-Presidente da República eram eleitos por sufrágio direto da Nação e maioria absoluta de votos. O Congresso apurava os votos e se nenhum dos candidatos alcançasse maioria absoluta, elegia, por maioria absoluta dos votos presentes, um dentre os que houvessem obtido as duas votações maiores no pleito direto. Considerava-se eleito o mais velho, no caso de empate.

A reforma constitucional de 1926 não modificou essas disposições, também contempladas na Constituição de 1934, que ampliou o conceito ao prescrever o sufrágio universal, direto e secreto, mas restringindo a maioria, de absoluta para simples.

Todavia pelo art. 1.º das Disposições Transitórias, ficou estabelecido que “promulgada esta Constituição, a Assembléa Nacional Constituinte elegerá, no dia imediato, o Presidente da República para o primeiro quadriênio constitucional”.

De fato a eleição de Getúlio Vargas em 1934 foi por via indireta, tendo a Nação aparentemente aceitado sem protestos as razões aduzidas para justificá-la. Argumentava-se que a escolha do nome de Vargas pela Assembléa Nacional Constituinte apenas obedecia à lógica de uma situação reconhecida pela opinião pública em todo o País. Era uma fase nova da vida republicana, oriunda de uma revolução, de modo que a indicação do primeiro presidente teria que refugir à regra clássica e tradicional. A figura de Vargas foi então exaltada em suas virtudes e projeção, como se seus dotes de inteligência e de temperamento o houvessem predestinado para a personalidade central da crise política que angustiava o Brasil na época.

O segundo mandato, pelo processo direto, Vargas não chegou a concluir, tendo acontecido a tragédia de 1954. Aliás outro Presidente por eleição direta, Jânio Quadros, renunciou alguns anos depois, alegando razões ocultas até hoje não desvendadas.

A Carta outorgada de 1937 instituiu o colégio eleitoral do Presidente da República, composto de eleitores designados pelas Câmaras Municipais, pelo Conselho de Economia Nacional, pela Câmara dos Deputados e pelo Conselho Federal, não podendo ser eleito do Presidente da República membro do Parlamento ou das Assembléas Legislativas Estaduais. Ocorria ainda que o Presidente da República tinha a prerrogativa de indicar um dos candidatos. Se tal não fizesse, seria declarado eleito o escolhido pelo colégio eleitoral.

Esses princípios não significavam apenas uma violência à tradição republicana, mas um verdadeiro acinte e ultraje à Nação.

A Constituição de 1946 restaurou o princípio das diretas, confirmado pela Emenda n.º 9 que, entretanto, restabeleceu por outro lado o critério da maioria absoluta.

Em 1967 a Constituição convalidou o colégio eleito-

ral para escolha do Presidente da República, constituído por membros do Congresso e de delegados indicados pelas Assembléas Legislativas dos Estados.

Finalmente, pela Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, o Presidente da República é eleito pelo sufrágio de um colégio eleitoral, por maioria absoluta. É o regime atual, que hoje divide a Nação, com a maioria pendendo para sua revogação.

Este rápido retrospecto mostra que o direito brasileiro tem vacilado quanto à eleição do Presidente e Vice-Presidente da República, não se podendo dizer qual a prática tradicional. A verdade é que, em princípio, o exercício da democracia é viável tanto no voto direto quanto no indireto. Nas democracias ocidentais, só a França pratica o sufrágio direto, restaurado por De Gaulle após a II Guerra, com amplos protestos.

Ninguém discute no País a legitimidade do processo, senão de sua estrutura. O critério de formação do colégio eleitoral seria espúrio, ao admitir a participação de delegados sem qualquer representatividade popular, os chamados senadores biônicos. O que é da tradição de nosso direito é o colégio formado pelo próprio Congresso, quando é chamado a eleger o Presidente nos casos especificados na Constituição, de vaga ou impedimento.

Sugere-se a adoção do modelo americano, em que os delegados à convenção são escolhidos por sufrágio direto. Mas se o que se pretende é evitar o trauma emocional do pleito direto para Presidente, a emenda talvez saísse pior do que o soneto, consideradas as peculiaridades nacionais.

Há um argumento que complica o debate: no pleito indireto, ao peso eleitoral do Nordeste equivaleria a 46% do colégio, enquanto que na votação direta esse expressivo índice cai para 7%.

Mas o raciocínio tem um valor só aparente, porque esse peso eleitoral assenta num pressuposto utópico: a unidade política da região. Agora mesmo as divergentes posições das lideranças políticas nordestinas fragmentam o bloco regional em pedaços, que esvaíam aquela potencialidade teórica.

Os partidários da eleição indireta para a próxima sucessão presidencial têm de fato um bom argumento: o Congresso eleito em 1982 recebeu a delegação popular para votar no Presidente e Vice-Presidente da República. Fazia parte do jogo político da época e todos os partidos, na pregação da campanha, invocaram essa consequência das eleições. Na verdade, se as oposições houvessem conquistado a maioria do Colégio Eleitoral, não sei se teríamos essa movimentação pré-diretas.

Estamos numa fase de transição, em que, por isto, os procedimentos devem ser cautelosos e seguros. A velocidade pode atropelar o processo, o que ninguém deseja. As eleições diretas virão a seu tempo, sem traumas ou resistências, porque é uma aspiração inarredável do povo brasileiro.



Sem outra alternativa, o desempregado tem de recorrer ao Sine..

CRISE

Sine ainda é única porta dos que não têm destino

JÓIS ALBERTO

Com a multiplicação do número de desempregados, em Natal, a sede do Sine vem registrando uma procura cada vez mais crescente e também um natural aumento no seu número de candidatos inscritos. Apenas no primeiro mês deste ano, por exemplo — os dados de fevereiro e março ainda não haviam sido computados — a sede local do Sine (Sistema Nacional de Empregos) inscreveu um total de 1.250 candidatos; encaminhou 628 às empresas e destes, 332, foram colocados nas vagas existentes. O restante — dos quais foram computados 232 — não conseguiu colocação porque não atende às exigências empresariais, que reivindicam uma mão-de-obra mais qualificada ou porque as vagas disponíveis não estavam de acordo com as perspectivas do desempregado. Especialmente quanto a salário. No geral, essas vagas ofertadas não significam novos empregos criados, porque se trata de vagas de reposição. O quadro de ofertas de vagas se complica, haja vista que setores como a construção civil e o de indústrias (têxtil, por exemplo) também atingidos pela crise, não estão contratando mais ninguém — antes

pelo contrário. O setor que esta periodicamente oferecendo vagas, e onde porconsequente há uma intensa rotatividade da mão-de-obra, é o de prestação de serviços — por exemplo, escritórios e supermercados.

NÚMEROS DO DESEMPREGO — O assessor técnico do Sine, José de Arimatéia Marinho, mostrou que os cálculos indicam que de agosto de 1977, quando o Sine começou a funcionar para o público, a janeiro de

1984 foram inscritos 60 mil 464, dos quais 20 mil 477 conseguiram colocação no mercado de trabalho. Entretanto, foram ofertadas 46 mil 887 vagas. Isso se deve à rotatividade da mão-de-obra. “Não significa 46 mil novos empregos criados”. Mas o desemprego também se deve ao fato de que, como 55,5 por cento dos cadastrados não dispõem de nenhuma experiência na atividade que pretende exercer, entra em confronto com as naturais exigências do empregador que, antes de mais nada, pede experiência prolongada. A isso, se acrescenta que apenas 32 por cento possuem tempo de experiência satisfatório — mais de um ano de experiência comprovada. Outro detalhe que os números apontam: apenas dois por cento dos universitários, formados ou não, procuram o Sine. Pelo menos 71



... mesmo sabendo que a concorrência é muita

por cento dos inscritos não concluíram 2.º grau.

COMO EMPREGAR? — O Sistema Nacional de Emprego — Sine — é o mecanismo governamental encarregado de desenvolver uma política de empregos e de combate ao desemprego e ao sub-emprego. A exemplo de outros Estados, o Sine/RN opera através de convênio com o Governo Estadual. Além da matriz estadual (na rua Trairi, 345, Petrópolis) mantém núcleos, postos e unidades móveis no interior: Mossoró e Currais Novos são cidades que mantêm núcleos do Sine. A atuação do órgão se desdobra em três grandes frentes: informação, intermediação e promo-

ção de empregos. Questionada pela reportagem de **RN/ECONÔMICO**, a coordenadora do Sine respondeu que a colocação dos desempregados vem funcionando assim: capta vagas e pré-requisitos exigidos, consulta o cadastro e chama o candidato por telefone ou carta.

Informou ainda que, atualmente, o maior número de vagas oferecidas é no setor de prestação de serviços, como em escritórios e comércio, em geral supermercados. Mas, ainda assim são poucas vagas para um grande número de gente procurando emprego. Desse modo, segundo constatação junto à funcionária Edilma, do setor de intermediação, quando uma determinada empresa oferece vagas, o ór-



O sonho do emprego ainda é difícil

Vagas são poucas. Mas as esperanças sempre surgem

Apesar da escassez de vagas e da grande competição, diariamente um número regular de desempregados vai à sede local do Sine: são aqueles que estão cadastrados e aguardam uma oportunidade de emprego, mas cujas chances de conseguí-lo são muito menores do que a dos mais habilitados. À margem, logo depois de perderem o emprego, de início eles ficam na dependência provisória da assistência do Governo, de familiares e também da solidariedade dos amigos. (Dizem que o natalense só é solidário na hora de se embriagar no bar). Mas, pouco depois chega um momento em que eles só podem contar com a assistência dos familiares mais próximos, especialmente o pai, a mãe ou os sogros. Afinal, as despesas devoram o saldo do FGTS da indenização. (Alguns podem ou sabem investir esse dinheiro, após a demissão, em atividades lucrativas e na caderneta de poupança). No caso daqueles em que as despesas cotidianas devoraram o seu FGTS, em geral demitidos com pouco tempo de trabalho, logo o benefício do INPS também chega ao fim. Daí os familiares mais próximos, nessa ocasião de maior aperto, começam a se angustiar porque igualmente têm seus problemas. E os amigos,

com o passar do tempo menos solidários, acabam se distanciando.

Assim, esses desempregados e seus familiares, igualmente pobres, são pessoas que a todo momento vivem o drama da fome, do choro da criança faminta, da falta de dinheiro para pegar o ônibus, da ameaça do despejo... Mesmo tendo muitos motivos para se desesperar, no geral eles logo se adaptam à situação de empobrecimento e vão passando apertado, se equilibrando do jeito que sabem para não cair na realidade cruel da miséria. Um povo bom, esse.

QUANDO A BARRIGA RONCA DE FOME — Nesse situação, por exemplo, estão o pintor Juvenal da Costa Avelino, e sua família. Juvenal, 27 anos, casado e pai de quatro filhos está desempregado há quatro anos. O último emprego, com carteira assinada, foi quando ele exerceu o cargo de pintor de ônibus numa empresa de Natal. De lá para cá, só tem conseguido arranjar biscates para pintar paredes de residências ou outros serviços esporádicos. Está inscrito no Sine há quatro anos, mas ainda não conseguiu uma boa colocação. Entretanto, sempre dá uma passadinha por lá. Juvenal é quem conta: “Há 15 dias não consigo busca-

tes. Como não tenho dinheiro para o ônibus, venho a pé. Saio de casa, em Dix-Sept Rosado, e vou andando por aí à procura de trabalho. Às vezes pego um biscate. Quando a situação está ruim demais, como agora, vou à casa dos meus pais e almoço. As crianças, lá em casa, estão chorando de fome, sim. Não escondo de ninguém minha situação e peço ajuda. Nunca deixo de procurar emprego”. Ele disse ainda que paga Cr\$ 15 mil de aluguel e este está atrasado há três meses. “Já avisei à dona da casa que não tenho condições de pagar agora. Ela compreendeu, mas respondeu que também está passando dificuldades e precisa logo do dinheiro”. No dia da entrevista, já passava das quatro horas da tarde, quando Juvenal disse que até aquele momento seu almoço tinha sido um picolé. Embora ele já tivesse conseguido Cr\$ 1 mil para comprar o leite dos quatro filhos. No dia anterior, porém, ele não conseguiu nada. Foi justamente naquele dia que sua mulher pariu mais um filho. “Como não tinha dinheiro ontem nem para pegar o ônibus, minha esposa teve que ir, a pé, da maternidade para casa. Mesmo de resguardo”.

Em situação semelhante está o soldador e serralheiro José Augusto Bezerra, e sua família, composta de esposa e seis filhos. José, 49 anos, está desempregado há três meses. Em seu último emprego, com carteira assinada, ele passou um ano e três meses. Ele recebeu «uma micharia» de FGTS,



gão envia o maior número possível de candidatos habilitados. Foi o que aconteceu há poucos dias, quando o Hipercenter Bom Preço, inaugurado há mais de um ano, ofereceu vagas novamente: foi aquela corrida de gente procurando emprego no maior supermercado/shopping center de Natal. Na luta pela sobrevivência, como se sabe, ganha quem possui mais capacidade, mais habilidade, mais experiência. Daí, por exemplo, que um candidato lamentava por que não havia conseguido se empregar nem mesmo na humilde função de embalador de mercadorias, porque além da experiência, os supermercados exigem um mínimo de instrução: primeiro grau completo. Como ele

não atendia a exigência, foi recusado. “Pra que ginásial pra ser embalador?”, se queixava ele.

Nessa tradicional colocação de trabalhadores, segundo Edilma, o serviço de intermediação é feito por uma equipe que, quase diariamente, vai às empresas para tentar colocar os candidatos, especialmente os mais jovens e menos experientes, à procura do primeiro ou segundo emprego. A dificuldade é grande. Quando conseguem, fazem ver aos candidatos que a vaga oferecida é compatível com suas necessidades básicas. Na oportunidade da entrevista, Edilma comentou com o repórter: “Está vendo esse jovem aí”, e mostrou um rapaz desempregado e de boa aparência,

porque embora recebesse dois salários-mínimos, a sua carteira fora assinada apenas com um. Não passou nem um mês com os Cr\$ 89 mil de indenização, porque pagou tudo que estava devendo. Ele tem 22 anos de experiência de trabalho e já passou por cinco empregos. Daí, ele conseguiu uma carta de referência da Secretária Estadual de Trabalho e tem esperança de conseguir logo um emprego. Mas, enquanto isso ele passa pelo drama de não ter dinheiro para pagar o aluguel de sua casa, em Igapó, nem dinheiro para alimentação e educação dos seus filhos, todos desempregados, ou ainda sem idade para trabalhar. O mais velho com 22 anos e o mais novo, com seis. Estão comendo uma vez por dia. “Quando não tem, o jeito é passar fome e nós estamos passando necessidade”. Quatro dos filhos, por sua vez, por estudar mais distante deixaram de frequentar a escola. “Quando não se tem nada para comer, eles choram mas se conformam”. Como ele é um trabalhador com mais tempo de trabalho, 22 anos de experiência, ainda tem o benefício do INPS.

“Se eu tivesse que pagar aluguel, nessa atual situação, já teria colocado uma corda no pescoço e morrido”. Quem se expressa assim nesse tom é o operador de máquinas Francisco da Silva, 24 anos, desempregado há seis meses. Casado, morando com a mulher e o filho único, na casa de sua mãe, ele chama atenção que sua situação não está mais desesperadora

porque não pagam aluguel. A mãe, viúva, recebe uma pequena pensão e o ajuda.

Após ficar desempregado há seis meses, Francisco lembra hoje que o Sine uma vez lhe arranjou uma colocação, entretanto não gostou do emprego. Ele afirma que “foi pior serviço que já peguei”. Ele explica que no serviço havia muita poeira e, como não tinha máscara de proteção, desistiu: “Não aguentei e saí”. As coisas ficam mais difíceis para Francisco, porque ele só cursou a primeira série do primeiro grau. Um dia desses, por exemplo, quando ele foi a um supermercado para preencher a vaga de embalador de mercadorias, foi recusado porque não tinha sequer o primeiro grau. Decepcionado, Francisco se questionava: “Pra que ginásial pra ser embalador?”.

“Se eu tivesse uma passagem de ônibus, eu já teria ido pra São Paulo” — comenta Francisco. Mas, enquanto fica por aqui e não arranja emprego, ele jura que topa qualquer trabalho. “Até para desentupir fossa”, diz ele sorrindo. A referência, dita de modo sarcástico por Francisco, motiva risos entre seus colegas desempregados.

QUEM DESCE DO MORRO — Pai de quatro filhos — o menor com um ano e o mais velho com seis anos de idade, mais a esposa já grávida — Erivan Trajano Mendes, 26 anos, residente na rua Atalaia, 15, em Mãe Luíza, é outro que está desempregado já faz três anos. A sua ocupação é a de auxi-

liar de serviços gerais, e nela já esteve empregado duas vezes como zelador e como gari da Urbana. Desempregado e enquanto recebe ajuda do pai, da mãe e da sogra, Erivan trabalha em biscates e procura empregos. Não paga aluguel, porque mora na casa de uma tia. “Até agora não esquentei a cabeça para fazer besteira”. Paciência é com ele mesmo. Agindo desse modo, durante o dia faz biscates ou procura emprego, enquanto à noite ele estuda numa escola em Mãe Luíza.

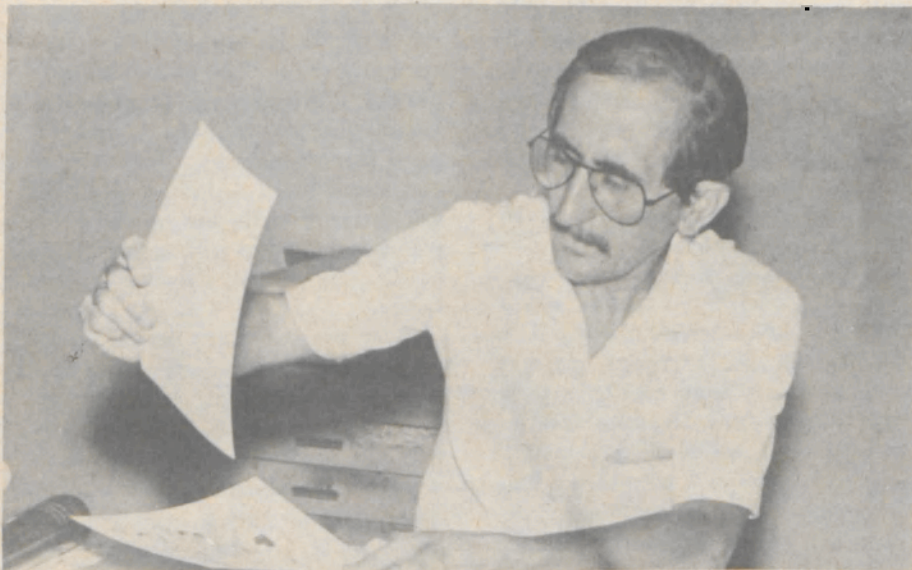
Também moradora no bairro de Mãe Luíza, Jeane Cardoso da Silva, 23 anos, solteira, está à procura de emprego. Ela espera encontrar um emprego como operadora de loja, balconista ou arrumadeira. Mora com os pais e mais seis irmãs. Uma das suas irmãs, com 22 anos, já se casou. Não soube dizer quanto o pai ganha, mas apenas que o seu salário é insuficiente. Quando questionada, de início ela ficou envergonhada em descrever o drama de sua família e apenas concordou que a barra está ruim. Depois confessou que, tem hora, que sua mãe lamenta a situação e chora muito. “Tem vez que ela só falta enlouquecer”. Disse ainda que seu pai é gráfico há mais de 30 anos e atualmente trabalha numa gráfica na Ribeira. Acrescentou ainda que a sua família não paga aluguel, e os que estão em idade de estudar, estão estudando. Daí, ela disse que no geral sua família come feijão, arroz e carne seca.

“pois ele é um dos que têm pouca experiência, mas não quer trabalhar ganhando salário mínimo. E, como ele, tem muitos jovens, vários deles solteiros, que também discordam de ganhar o mínimo”, critica ela.

É claro, porém, que há muitos jovens trabalhadores cadastrados no Sine que estão loucos para arranjar um emprego, nem que seja ganhando o mínimo. Especialmente os casados. Entretanto, ainda segundo a funcionária, “ninguém quer trabalhar como vendedor ambulante e ganhar por comissão. Há vagas, mas ninguém quer!”.

Os jovens, com ou sem experiência profissional, a maioria com apenas o primeiro grau de instrução escolar, formam o grande contingente dos cadastrados no Sine. Quanto à faixa etária, pelo menos 80 por cento é formada de jovens entre 18 a 34 anos, porque 50 por cento desses estão en-

tre 18 e 24 anos; e 31 por cento, a idade varia de 25 a 34 anos. Além deles, uma parte bem menor é formada por pessoas mais adultas: nove por cento estão entre 35 a 44 anos. Nesses dois últimos percentuais, que somam 40 por cento, estão os trabalhadores mais habilitados quanto à experiência. O outro percentual é de 10 por cento, onde estão os que têm menos de 18 anos. Portanto, no mínimo 60 por cento dos cadastrados são jovens em sua maior parte inexperientes, ou com pouca experiência. Mas, além da tradicional colocação de trabalhadores, o Sine faz intermediação entre essas pessoas que procuram emprego, treinamento ou educação — e unidades educacionais e agências de treinamento. Além disso, a intermediação pode ser feita entre unidades produtivas para favorecer trabalhadores autônomos e micro-empresas; unidades produtivas e agências de desenvolvimento. □



Everaldo: humor de um homem simples

GENTE

Everaldo: humor popular de um cidadão simples

Embora seja, reconhecidamente, o mais conhecido cartunista potiguar, por força da penetração do órgão em que trabalha, «Diário de Natal/O Poti», onde publica diariamente a charge «Cartão Amarelo», em parceria com o arte-finalista Edmar, Everaldo Lopes Cardoso, um pernambucano de 49 anos, revela, no seu modo simples, um interessante paradoxo, oriundo do condicionamento sócio-econômico-político e cultural, que

também deve caracterizar a maioria de seus admiradores.

Nestes tempos de abertura, alimentados pela própria fornalha do Planalto, que estimula, abertamente, a reformulação do sistema político-institucional, oferecendo à imprensa uma arena bem mais arejada para a discussão de idéias, o consagrado cartunista não tem aproveitado com rigor a oportunidade.

«Cartão Amarelo», que completa

UMA QUESTÃO DE BOM SENSO



O slogan "pensou em construir, pensou na Saci", já está tão difundido e acreditado no Rio Grande do Norte que são raras as pessoas que constroem ou reformam suas casas e não compram o material na Saci — Material de Construção Ltda., ou mesmo vão até a loja pedir informações sobre produtos e detalhes técnicos. É, primeiramente, uma questão de bom senso. A empresa já é uma tradição de mais de vinte anos, vendendo bons produtos ao norte-riograndense, comercializando as grandes marcas. Depois, são os bons preços e os convidativos planos de pagamento. Engenheiros, arquitetos, investidores do setor e até mesmo donas-de-casa "na hora de construir, pensam na Saci". E, se você vai construir, pense também na Saci.



Pte. Bandeira, 828 Tels.: 223-3626 / 3627 / 3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN

10 anos agora em agosto, teve uma trajetória bastante sinuosa na sua escalada, reconhece o autor. Dos cãndidos temas futebolísticos de décadas passadas, de onde Everaldo garimpava suas tiradas humorísticas a duras penas para satisfazer a uma pequena audiência até as preocupações do «Cartão Amarelo» de hoje, ele comeu muita poeira, atrás de cartunistas mais mordazes e também mais jovens. De tudo ele tem consciência, mas sabe com bastante clareza onde o calo lhe pode doer.

TEMA ATUAL — A temática atual de suas charges abrange uma gama de problemas sociais que a todos diz respeito, e ele se regozija quando recebe apupos da população, em geral, ao tocar nos nervos mais débeis do regime. E, quando atinge largos segmentos sociais, com uma crítica ou sátira mais contundente, suas charges chegam a ser reproduzidas em consagrados órgãos independentes do eixo Rio-São Paulo, motivação que, a seu ver, deve ser refreada.

“Realmente, dá para sentir uma agitação maior ou menor nas pessoas quando o tema é bom ou apenas relativo. Eu noto, por exemplo, mais comentários e agitação, quando o Cartão sai em cima do Delfim... Agora, o meu humor é o menos intelectualizado possível. Meu humor não é o de Millôr, de Luiz Fernando Veríssimo. Ele é bem dirigido ao povão, às classes médias B e C”.

Atrás desta convicta declaração de opção pelos pobres e remediados com alguma visão do cenário nacional atual, Everaldo não esconde os percalços por que passa para materializar uma piada que corre no meio da massa, estampando-a e registrando-a jocosamente. Além de sua timidez natural, que ele gosta de ratificar, existem os impecilhos da linha conservadora do jornal e de outros que surgem ao sabor dos ventos políticos dentro e fora de seus muros.

“Comigo houve repressão, sim”, revela, “mas as que gostaria de citar foi o chamado do Coronel Eider, então Comandante da PM, quando mexi com as consecutivas fugas de detentos. Ele me chamou e tentou justificar as fugas num papo amistoso. Agora, de ordem política, não. Apenas, durante a última campanha eleitoral, devido a certas circunstâncias, o Cartão Amarelo ficou muito com o candidato José Agripino. Senti isso como uma fase de repressão e o Cartão Amarelo sofreu um certo abalo”.



MUITO CASEIRO — Everaldo Lopes, além de jornalista e cartunista, é formado em Administração, pela UFRN. Atualmente, é editor de esportes e servidor público do Inamps. “Muito caseiro”, não gosta de movimentação social. Foi por isto, talvez, que não se avistou com o cartunista Henfil, quando esteve morando em Natal algum tempo. O tempo livre, ele ocupa na leitura.

Casado duas vezes, pai de três filhos, herdou a veia histriônica do pai, jornalista e poeta Pedro Lopes Júnior, que, com o pseudônimo Sá Poty, escrevia uma coluna de humor no «Diário da Noite», no Recife. “Meu pai era um gozador, cheio de irreverência. Arranjou alguns inimigos, mas foi coisa passageira, como aconteceu comigo. Ele deixou dois livros, «Bahu de Turco» e «Sal... Picos», ambos de versos de humor. Inclusive, Sanderson Negreiros sugeriu reeditá-los”.

Torcedor doente do Vasco e do América, foi o único na família a jo-

gar futebol, no juvenil do América e Aspirantes, e a falar e escrever sobre o tema de modo tão apaixonado. “Agora, tenho na família Otomar Lopes Cardoso, Otacílio, e uma prima, Rejane Cardoso, que sempre escreveram em jornal. Além desses, Adriel Lopes Cardoso e Ademar tiveram atividade intensa na poesia, nos anos 30. Quanto a mim, fui o único da família que jogou futebol. Daí, entrei para o jornal. Passei um tempo na Tribuna do Norte e, depois, fui para o DN, que ainda era na Rio Branco. Mas só depois, com muita prática, passei para editor. Vou fazer 10 anos de Cartão Amarelo, em companhia do Edmar”.

FAÇO HUMOR PARA O ZÉ POVINHO — Historiando o surgimento do Cartão, Everaldo lembra que o início foi com as fotopotocas, lançadas por Zivaldo, no Rio. Eram fotos com balões, onde se liam textos satirizando personagens da cena nacional. “Começamos com muito espaço, pois

ainda não tinha anúncio, chegávamos a meia página. Começamos mexendo com futebol, depois política, depois, custo de vida... As idéias surgem no dia-a-dia. Bolo a idéia, dou o esboço para o Edmar e ele faz a arte final. Já fiz exposições no SESC, Casa da MPB e em vários colégios, e tenho recebido apelos para que publique um livro”.

“Sei de centenas de pessoas que colecionam o Cartão Amarelo. Eu mesmo já vi. Os que se mudam daqui, mandam pedir; inclusive, gente no exterior. Quando começamos, por

uma sugestão do comentarista Franklin Machado, chamava-se «Galho de Urtiga». Durou dois anos, e ainda não trabalhava com Edmar. Eu dava uma de chargista. Tinha muito texto e poucas fotos. Ainda não havia o offset e pagávamos o tributo de um jornal mal-impresso. A receptividade não foi grande. Outro detalhe é que ele era só de esporte, interessava só ao esportista. Hoje, em sua criação, procuro fazer o humor do Zé Povinho, mais dentro do estilo de Chico Anísio. Não é intelectualizado... o cara mata na hora!” □

segundo deixou claro o Diretor Administrativo. Ele informa que a falta de material existe somente para os pacientes que são atendidos em ambulatório, porque para os casos urgentes, quando não existe o medicamento necessário, há contatos com outros hospitais para que o doente não seja prejudicado. O problema de raio X, outro assunto bastante comentado, existe também para os pacientes de ambulatório, vez que a falta de um estoque de filme (os que existem são racionados) leva o Hospital a racionalizar seu uso, ou seja, somente em casos urgentes.

CONJUNTURA

A precária saúde de um hospital bastante útil

O Hospital Walfredo Gurgel tem sido assunto, constantemente, das manchetes de jornais da Capital. Quando não é atraso no pagamento do pessoal, é falta de equipamentos ou de material de consumo (desde gêneros alimentícios até medicamentos). As reclamações partem, não só da imprensa, como também dos próprios pacientes, em sua maioria saídos das classes mais pobres e da zona rural. A crise do Hospital, que também pode ser vista como reflexo de uma situação já duradoura enfrentada pelo País, não é vista pela administração como uma das piores desde a sua fundação, em 1962. Embora séria, não é a mais grave, afirma Roberto Eduardo Nunes, Diretor Administrativo, que acredita que “estamos saindo dela”.

Com um déficit de Cr\$ 500 milhões — segundo a administração, com atraso aos fornecedores de apenas quatro meses (mas há quem afirme dentro do Hospital que há conta de 82 a ser paga) — o Walfredo Gurgel, Fundação que abrange Hospital e Pronto-Socorro, atrasou o pagamento de pessoal do mês de janeiro, só liberado a 16 de fevereiro. O aumento de salário que deveria ter sido em agosto de 83, só foi possível em dezembro, e alguns fornecedores sustaram o fornecimento, o que significa que alguns medicamentos básicos faltam constantemente, ameaçando a saúde dos pacientes.

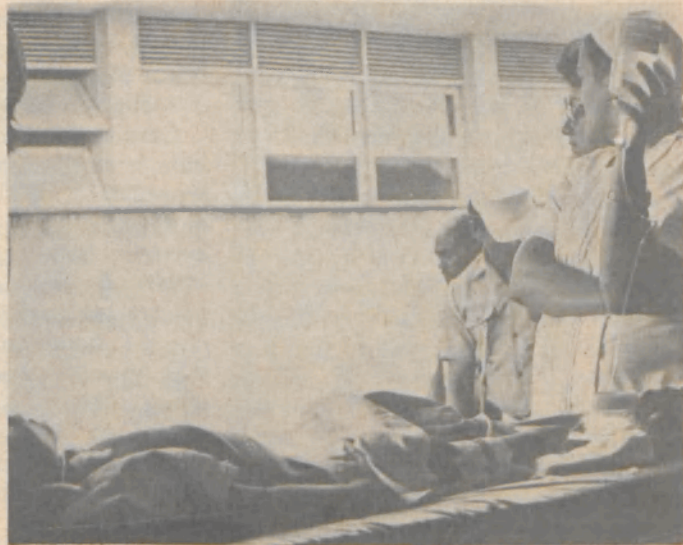
DIFICULDADES — A falta de medicamentos, que já causou algumas gritas, não é um problema tão sério,

WALFREDO HOJE — A crise no Walfredo Gurgel existe desde a sua fundação, diz Roberto Eduardo, que complementa: “Quando o problema não era do Estado, era da UFRN”. Hoje o Estado é quem busca a maioria das despesas, vez que a Universidade funciona apenas com dois de seus Departamentos: de Ortopedia e Traumatologia, que além de atender aos pacientes, funcionam como setor de aulas para os alunos de Medicina da Universidade.

Com capacidade para 186 leitos, todos lotados, o Walfredo Gurgel atende em média 300 pacientes por dia e enfrenta um problema, dentre tantos problemas existentes: a UTI (Unidade de Terapia Intensiva) está instalada há um ano, mas não funciona por falta de dois aparelhos de ar condicionado, já prometido pelo Governador José Agripino, frisou o Diretor Administrativo. O orçamento para esse ano é de Cr\$ 510 milhões, também prometido pelo Governo do Estado, que dividirá essa verba em parcelas mensais. Roberto Eduardo adiantou

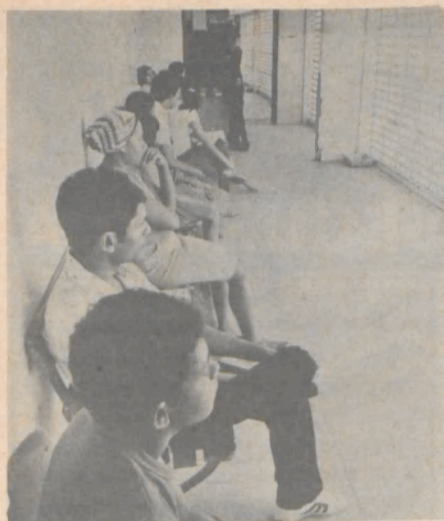


Com muitas deficiências...



... há, no WG, o empenho dos médicos...

Nem só de IPTU consegue sobreviver a Prefeitura



Em toda ala, um problema

ainda que, diante dos problemas causados pela dívida, o Governo liberou um montante de Cr\$ 200 milhões, para garantir a continuidade de alguns fornecimentos.

Se mostrando otimista diante das perspectivas que se avizinham, o Diretor do Hospital frisa que há disposição de Agripino em fazer do Walfredo o Hospital Modelo do Nordeste, tendo prometido em visita ao Hospital Pronto-Socorro que até o término de sua gestão, essa unidade hospitalar acabará com seus problemas.

Para que o Hospital tenha um atendimento a contento, além do funcionamento da UTI, é necessário o pagamento de toda dívida e que funcione o Centro de Tratamento de Queimados, em vias de ser criado. Segundo Roberto Eduardo, um dos problemas mais frequentes no Pronto-Socorro é com pacientes com queimaduras. Em média são atendidos 30 pacientes, geralmente de risco. O paciente com queimaduras é muito caro, frisa ele, daí a necessidade de muito dinheiro que, em resumo, é o grande problema do Hospital.

INSATISFAÇÃO — As insatisfações dos pacientes, segundo o Diretor Administrativo, é normal, se levado em consideração que “o paciente normalmente já é traumatizado, com problemas sociais. Tem que ver a situação social muito precária da maioria deles”.

As críticas, algumas delas fundamentadas, argumentou, são também decorrentes de fatores políticos. Ele acredita que, por se tratar do único Pronto-Socorro do Estado, e que vem apresentando sempre deficiências, “é alvo constante de críticas, mas muitas extrapolam a realidade”. □

O Imposto Predial e Territorial Urbano, muito conhecido pela sigla IPTU, é o que mais diretamente tira, para o município, uma fatia do dinheiro do bolso dos natalenses, ou melhor, dos munícipes. Por isso mesmo, é o que gera mais protestos. Este ano, então, quando a população tomou conhecimento do aumento do IPTU, toda a cidade gritou. Mas, mesmo de mau humor se vê na contingência de pagá-lo. Afinal, não se pode deixar de cumprir com seus deveres de cidadão. Mas, por outro lado, o que significa esse Imposto para a Prefeitura? Essa e outras perguntas foram feitas ao Secretário Municipal de Finanças, Francisco Rego. “O IPTU significa 30 por cento da receita da Prefeitura”, sintetizou Rego.

Além do IPTU, a Prefeitura cobra o Imposto Sobre Serviço — ISS, e várias taxas. O ISS, segundo Rego, também representa algo em torno de

30 por cento da receita. Claro que também gera protestos, mas não tanto porque não é cobrado de forma tão direta. E esta forma de cobrança é aquela a qual o município paga tirando diretamente do seu salário. Já o ISS é cobrado pelo movimento econômico de empresas de prestação de serviços, tais como empresas de ônibus, supermercados, motel, hotel e outras. Aí, além do empresário, quem paga indiretamente é o natalense, como pode ser um turista, por exemplo.

COBRANÇA — No setor de cobranças de taxas, até agora o aumento que foi mais sentido foi o da TIP — Taxa de Iluminação Pública, que é cobrada na conta de luz mensal dos consumidores da Cosern. Antes do aumento era cobrada uma taxa de Cr\$ 187,00, paga tanto por pessoas físicas como jurídicas. “Uma taxa mui-



... não solucionará problemas



Francisco: o IPTU...

to irrisória”, justificou Rego. Acrescentando que, quem tem consumo de energia até 30 quilowatts, e nessa faixa estão 90 mil consumidores, não paga a TIP. A partir de 31 quilowatts, varia de Cr\$ 343 a 2 mil 12. Estão incluídos aí os consumos de residências. No setor não-residencial, a taxa menor está em Cr\$ 1 mil 14 e a maior em Cr\$ 6 mil 832. Daí, especificamente com essa taxa, esse aumento se deve a “cobrir despesas com iluminação pública”. A Prefeitura deve

à Cosern em torno de Cr\$ 360 milhões, o que significa uma parcela do déficit municipal.

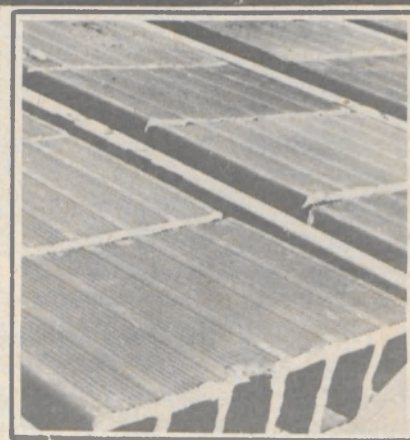
No geral, o cipoal de cifras oriundas da arrecadação dos dois impostos e das taxas — além da TIP, acrescentando-se as de limpeza e conservação de ruas e praças, de localização, de expediente, etc —, tudo isso, enfim, desemboca receita municipal a qual é inerente uma série de despesas. Para se ter uma idéia real basta dizer que o déficit da receita do município, para este exercício de 1984, é de Cr\$ 4 bilhões. (A certa altura da entrevista, o Secretário disse que essa é uma doença de todas as Prefeituras de capitais do Brasil, o que poderá ser solucionada com a reforma tributária que o Governo Federal ainda não fez). A maior soma de despesas é com a manutenção da máquina administrativa, em parte com as folhas de pagamento de pessoal da administração direta e também de órgãos da administração indireta. A primeira — que inclui as Secretarias Municipais, tem uma despesa de 530 milhões. A segunda — que inclui Iprevinat, Câmara Municipal, Companhia de Limpeza Urbana, STU, Frigonorte —, a folha de pagamento está em torno de Cr\$ 250 milhões.

DÉFICIT — Com um déficit de Cr\$ 4 bilhões, portanto, situação financeira da Prefeitura só pode ser considerada ruim, ou pior, péssima. Para o Secretário, esses reajustes nos impostos e taxas cobrados aos natalenses e empresários, se não vão solucionar o prejuízo seguramente, vai ajudar a diminuí-lo. O aumento do IPTU acompanhou os índices de inflação (211 por cento) e de correção monetária (156 por cento), mas em contrapartida foram adotados os seguin-

tes critérios: para casas com até 80 metros quadrados o aumento girou em torno de 129 a 156 por cento. Para residência acima de 80 metros quadrados o reajuste variou entre 156 a 230 por cento. Casas com até 50 metros quadrados são isentas. Quanto aos terrenos, a Prefeitura está muito atenta para com a especulação na área urbana. O olho está aberto para com aqueles que compram terreno desocupado, na espera que a Prefeitura pavimente e faça outras melhorias urbanas daquela área, lucrando com isso. E lucrando muito. Daí que o especulador também paga o IPTU e sua arrecadação varia apenas quanto a alíquota aplicada. Ou seja, os terrenos comerciais em áreas já urbanizadas pagam três por cento do valor venal (valor de venda). Na área beneficiada pelo Projeto Cura — baixo Dix-Sept Rosado — paga-se dois por cento do valor de venda. Nas demais áreas, paga-se um por cento desse mesmo valor. Tudo isso representou reajustes que vão até 576 por cento. Daí, também, choveu protestos. Mas a Prefeitura pondera que se trata de uma justiça fiscal, e porconsequinte, social.

No ano passado a arrecadação do IPTU foi de Cr\$ 650 milhões. Este ano, o Secretário de Finanças espera que seja em torno de Cr\$ 1,5 bilhão. O que ajudará bastante a diminuir os problemas com despesas. Um dos benefícios mais diretos, por exemplo, será pagar em dia o funcionalismo. O que mostra a necessidade desses reajustes, mas sob o coro de muitos protestos. O que é também um prato saboroso para a Oposição. Questionado sobre a repercussão desses protestos, Francisco Rego se limitou a responder com outra pergunta: "Quem é que gosta de pagar impostos?". □

UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA



Usar laje, seja de piso ou forro, hoje, é quase uma obrigação de quem constrói. A laje é uma questão de segurança, estética e beleza. E, se utilizadas nervuras e blocos, formando a conhecida Laje Volterrana, aí, o construtor terá mais economia de tempo e dinheiro, mais simplicidade na instalação, menos peso e uma qualidade sem igual. A Laje Volterrana, pela sua praticidade, tornou-se um produto nacionalmente conhecido. No Rio Grande do Norte é fabricada pela Saci-Material de Construção Ltda. Todo calculista criterioso determina Laje Volterrana para sua obra. Os investidores da construção civil também fazem isto. A Saci, detendo exclusividade no fabrico e comercialização do produto, ensina tudo sobre Lajes Volterrana. E ainda vende pré-moldados de cimento para pronta entrega.



Pte. Bandeira, 828 Telex.: 223-3626 / 3627 / 3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN



É preciso recurso para investir em obras

População Habitacional — III

CORTEZ PEREIRA

Embora tarde, mas podendo fazer muito, o Governo Federal, timidamente, resolveu enfrentar o grave problema populacional brasileiro. O nome do programa — «Saúde da Mulher» — eufemismo sem imaginação, revela a antecedência angustiante de uma decisão que traz marcas de algemas a preconceitos, inquietações de miragens infernais.

Não duvidamos que na impropriedade batismal e nas tangentes que camuflam o objetivo naturalmente esperado e racionalmente definido de planejar o crescimento da população brasileira, ouçam-se versões verde-amarelas da estranha reação ocorrida na Conferência Internacional de Israel em 1960. Naquela oportunidade atrasados países afro-asiáticos reagiram à sugestão de conter o crescimento populacional por se tratar de um «truque para manter em inferioridade as populações negras».

Não podemos entender que o Brasil ainda não tenha entendido a importância decisiva de conter o seu crescimento populacional para conseguir se desenvolver.

Claro que o atraso é uma realidade complexa, consequência de muitas causas, porém, todas elas agravadas pelo fenômeno da explosão demográfica.

Crescendo às taxas atuais tudo que se produz para melhorar a precária qualidade da vida que levamos, termina consumido na garantia da sobrevivência de leves e mais levas de famintos. A miséria, dinamicamente, estende sua mancha escura sobre uma quantidade sempre maior de brasileiros.

A fome vai se espalhando por toda a superfície do gigante adormecido e — mesmo sem falar na tragédia maior dos milhões de desempregados — os que trabalham, a população chamada economicamente ativa, apresenta treze milhões recebendo menos de um salário mínimo, isto é, menos do mínimo legal para garantir a sobrevivência.

De 1977 a 1983 a produção brasileira de alimentos sofreu uma queda, per capita, de 25% atribuída tanto a adversidade agrícola quanto ao contingente dos novos comensais, a subdividir a pobre «sopa de São Francisco» distribuída nacionalmente...

Um estudo recente de um professor da Universidade de São Paulo revelou que, em 12 anos, as 620 calorias diárias que o brasileiro ganhava consumindo farinha, por reduzir o seu consumo, passou a receber apenas 400. O feijão nutria com 280 calorias diárias mas, o preço alto e a baixa real dos salários, reduzindo, também, o consumo passou a representar apenas 170 calorias. Esta mesma constante e dura realidade vista de outro ângulo revela o seguinte quadro educacional brasileiro: em 1900, na passagem do século, éramos 6 milhões de analfabetos. Passados 70 anos os 6 milhões tornaram-se 17 milhões e 100 mil analfabe-

tos. Dez anos depois, em 1980, o Recenseamento revelou a existência de 17 milhões e 600 mil.

Por que isto? Simplesmente porque a capacidade nacional de investimento na educação tem sido insuficiente, sequer, para manter os níveis de atraso que existiam no século passado. E diga-se a verdade, em relação à nossa produção econômica temos mantido razoáveis índices de recursos aplicados na educação. Mesmo assim, sem comparar com os Estados Unidos onde se chega a aplicar mais de US\$ 800.00 ano/per capita, estamos longe do vizinho Uruguai onde o dispêndio anual é da ordem de US\$ 126.00, do próprio Chile: de Pinochet onde se aplicam US\$ 39.00. Aqui, à mesma época o orçamento anual por aluno, no Brasil, era apenas US\$ 15.00.

E por que nos inferiorizamos tanto nesta área vital à conquista do desenvolvimento?

A resposta, como às outras questões, é uma só e mostrada na frieza estatística que revela ser o Brasil, como grande área, o epicentro da explosão demográfica no mundo.

Em 1978, por exemplo, a média mundial de crescimento populacional foi 1.7% ao ano. A Ásia com todo o seu atraso cresceu 1.9%; a negra África 2.7%, a América Latina 2.7% e o Brasil 2.8%.

Ainda em relação a 1978, o outro mundo, o mundo mais consciente e responsável ofereceu o seguinte exemplo: a América do Norte crescendo a 0.6%; a Rússia 0.9%; a Europa a 0.4%. É evidente que crescendo a taxa de 2.8% o mesmo 2.4% revelada agora pelo Recenseamento de 80, o desenvolvimento vira miragem. Forma-se uma carga muito grande de dependentes para produtores, há um desvio desproporcional do investimento para o consumo. Por mais que os poucos que trabalham, para si e para manter os muitos que só consomem, esforcem-se para produzir já farão muito se conseguirem estagnar, não perdendo posições conquistadas. Quando a população cresce rapidamente passa-se a viver a cena referida por Carol no Reino da Rainha Vermelha, onde se tem de correr quanto se pode, para não sair do mesmo lugar.

As nações que sofrem o grave mal da explosão demográfica, substituem o mercado interno que precisam ter para auto-sustentar o desenvolvimento, pela amorfa massa de indigentes sem qualquer poder de compra.

O fundamental é que se estabeleça uma correlação racional entre população e índices econômicos que permitam bem-estar social. Se as taxas de mortalidade, felizmente, foram reduzidas a partir de uma sensacional revolução no campo da saúde, logicamente, para que se evite o desequilíbrio, tem-se de planejar a outra variável que é a natalidade, para que se encontre a densidade ótima de população.



Pelo quadro, a tragédia da seca

SECA

Ciclo de cinco anos fez bom estrago na economia

Após cinco anos e três meses consecutivos de seca, acompanhados por alguns períodos irregulares de chuvas (invernos?), analisando-se a agricultura do Rio Grande do Norte — a partir de dados do IBGE, via Sudene, constata-se que as suas principais culturas — feijão, algodão, milho, mandioca, arroz — registraram a sua pior safra em 1983. A segunda pior, de acordo com os dados estatísticos, foi a de 1980. (Ver quadro da Produção Agrícola do Rio Grande do Norte — 1978 a 1983). Em 1981, ano em que ocorreram muitas chuvas, a safra foi melhor do que a anterior. A recuperação só não foi bem mais satisfatória porque, talvez por ironia do destino, as chuvas vieram em quantidade maior do que a necessária, no que resultou em inundações no litoral e agreste do Estado. E inundação é tão catastrófica quanto a seca. Ou talvez menos prejudicial, porque em 1982, ainda com água das chuvas do ano anterior, nos rios e reservatórios, somada às novas chuvas, estava de qualquer forma garantida a safra, que foi melhor do que as três anteriores.

O sucesso em 1982 durou pouco, pois a agricultura não conseguiu se precaver e/ou superar a estiagem do ano passado. O saldo beira a debacle total: a safra de algodão, feijão e mi-

lho, por exemplo, perdeu em média — em cada uma dessas culturas, algo em torno de mais de 40 mil toneladas, se comparada com a última safra normal, a de 1978. Naquele ano a safra foi a seguinte: feijão, 54 mil 189 toneladas; algodão arbóreo, 69 mil 934 toneladas; algodão herbáceo, 53 mil 96 toneladas; milho, 54 mil 932 toneladas; arroz, 6 mil 212 toneladas. Atualmente (a partir de estimativa de setembro de 1983): feijão, 7 mil 275 toneladas; algodão arbóreo, 4 mil 415; herbáceo, 5 mil 584; e, finalmente, arroz, 1 mil 978 toneladas. Esses dados, que refletem bem a



Pádua: prejuízos

situação real da agricultura, no momento, foram fornecidos recentemente pelo Diretor do Escritório da Sudene, no Estado, Antônio de Pádua Pessoa, em entrevista à **RN/ECONÔMICO**.

Mas, passado o pior, e com algumas chuvas molhando o chão do Rio Grande do Norte nesses primeiros meses do ano, a tendência é de que a partir de agora poderá ocorrer uma (ainda que incipiente) recuperação da agricultura do Estado, pois a mesma coincidirá com a reta final deste (longo) interregno de ausência de chuvas regulares, ou melhor dizendo, de inverno. Motivos para otimismo existem, conquanto ainda persistam dúvidas e preocupações. Afinal, o estudo do Centro Técnico Aeroespacial — CTA, que previu esta prolongada seca e que, até agora não errou, aponta que haverá uma acentuada tendência de melhora nos índices pluviométricos, a partir deste ano, embora cientistas lembrem que a normalização dos períodos chuvosos do Nordeste só se dará, definitivamente, em 1986. E nesses primeiros meses do ano, as chuvas que vêm ocorrendo, por mais irregulares que sejam, vêm dando um novo alento aos agricultores, mesmo que ainda não esteja definido o assim chamado inverno.

Uma das pessoas que têm mais experiência da problemática da seca na região, o Diretor do Escritório da Sudene no Estado, Antônio de Pádua Pessoa acredita que, como reza a tradição, se não chover melhor até final de março, estará descartada a possibilidade de qualquer tipo de inverno este ano. “Até agora as chuvas têm sido insignificantes”, comenta Pádua em entrevista à **RN/ECONÔMICO**. Chover melhor, responde ele, é quando chove em todas as regiões do Estado e, numa média geral acima de 80 mm. De qualquer forma, se essas chuvinhas persistirem e juntar água nos reservatórios que foram construídos pelos trabalhadores do Programa de Emergência poderão garantir uma safra melhor do que a do ano passado. Mas, pondera Pádua, “só no final de abril que se poderá ter uma definição se haverá uma melhor safra, ou não”. Daí, porque a tragédia da seca atinge, de modo direto e indireto, mais de 300 mil pessoas — o número de inscritos no Programa de Emergência — e também porque não ainda definição quanto a inverno e, por consequente quanto à safra, Antônio de Pádua assegura que a Emergência tem que continuar.

ASSISTÊNCIA X SECA — O Programa de Emergência Contra a Seca funciona desde 1969, abrangendo todos os Estados nordestinos. Desde aquele ano que Antônio de Pádua Pessoa está à frente do Escritório local da Sudene. No intervalo de 1978 a 1980 ele dirigiu o Escritório da Sudene do Maranhão, retornando ao Rio Grande do Norte ainda em 1980. Nesses 15 anos, o Programa foi interrompido, em todo o Nordeste, durante cerca de seis meses — entre junho e dezembro de 1982. Segundo Pádua, porque “choveu e houve uma safrazinha”. Hoje, excluindo-se Natal, todos os demais municípios do Estado estão na Emergência. Computando se apenas 1983, o Programa, ainda segundo Pádua, gastou no Rio Grande do Norte cerca de Cr\$ 36 bilhões. “Gastou em média três bilhões por mês. Em janeiro do ano passado, gastou uns dois bilhões e em dezembro, gastou quatro bilhões e meio”. Esse reajuste progressivo, se deveu ao aumento no número de inscritos, o que foi compensado pelo aumento no número de obras; além disso, se gastou com a manutenção de 530 carro-pipa e nove carretas para abastecimento d’água em todo o Estado. O salário de cada trabalhador da Emergência continua em Cr\$ 15 mil 300, desde a última vez que foi reajustado, em maio do ano passado.

Questionado ainda se será muito difícil desativar a Emergência, Pádua respondeu que desde que seja dada “ordem lá de cima” (ele se refere a Brasília) não será difícil, porque haveria maior aceitação. Mas isso, lembra ele, só seria feito depois que levantamento sobre a posição de safra em cada município, situação de crédito rural, mão-de-obra, acúmulo de água, etc. O levantamento é feito por equipes do Ministério do Interior, ao qual a Sudene está vinculado e, da Presidência da República.

Pádua não acha que a Emergência tenha viciado o trabalhador, afinal está se cumprindo um plano de assistência e que, em contrapartida, está se construindo centenas de obras hídricas — açudes, cacimbões, cisternas, canais — em todo o Estado. Hoje, esses trabalhos estão sob a coordenação do Exército, através do seu Batalhão de Engenharia, Secretaria de Agricultura e DNOCS. Na área do Batalhão de Engenharia estão 32 municípios, parte do Seridó e do Oeste. Na área da Secretaria de Agricul-

tura, cerca de 87 do litoral e agreste; e na área do DNOCS, 31 municípios, da região do Açu e tromba do Elefante.

O Diretor do Escritório local da Sudene comentou ainda que a eficiência no ritmo de produção, depende de quem está à frente das obras. Para isso, é preciso habilidade para conversar com os trabalhadores da Emergência, mostrar a utilidade das obras. “É preciso uma supervisão permanente em cima das obras, senão não funciona”. Acrescenta ainda, que “de um modo geral, vêm funcionando bem”. Por outro lado, ele reconhece que existe uma certa indisposição para o trabalho, mas isso varia de região para região. Daí, conclui, dois grandes problemas, que em parte já foram resolvidos, são a seleção do pessoal e boa supervisão.

No olho desse ciclone chamado seca está situado o Programa de Emergência e a sua mais nobre missão que é a de dar assistência a milhares de esqueléticos seres humanos. Por isso, mesmo com todas críticas que o Programa possa estar sujeito, Antônio de Pádua vê nessa assistência o maior mérito do Programa: “Isso representa um bem, na medida em que pelo menos salvou a vida dessa população, que, de outro modo teria morrido — de fome ou de sede”, argumenta Pádua. □



Até que enfim as notícias começaram a deixar de ser tão ruins. Março, mês tradicionalmente simbólico para o inverno — por causa do Dia de São José — chegou parcialmente carregado de chuvas para o Rio Grande do Norte. Não no nível ideal. Mas — e isso é surpreendentemente agradável — de acordo com as previsões dos implacáveis técnicos do Instituto Técnico Aeroespacial de São José dos Campos que haviam, inclusive, garantido a RN/ECONÔMICO que o inverno de 84 seria bem mais favorável do que o de 83. Até agora tudo está dando certo. Como tem dado nos últimos cinco anos. A curva traçada pela projeção dos estudiosos paulistas revelou-se muito mais do que um simples estudo para ser quase um traçado do destino, nos últimos cinco anos. E, a confirmação de que as coisas tendem a melhorar e o pior já passou, só faz dar mais credibilidade ainda

A cantiga da perua parece que vai mudar

ao fantástico trabalho, possivelmente um dos mais sérios já realizados em toda a história do Brasil. Pena que o mesmo rigor desse tipo de trabalho não se estenda a outros campos.

COM OS HOMENS, AGORA —

Agora, parece que as coisas deixam de ser atribuição dos elementos para voltar ao nível dos homens. Desde quando começaram a aparecer as primeiras tímidas chuvas começou a grita por sementes e crédito. Não vai ser fácil. Talvez o novo Ministro da Agricultura, Nestor Jost, como amigo de Delfim, possa conseguir alguma coisa. Mesmo porque ele criou uma Secretaria Especial para o Nordeste colocando nela um nordestino — um pernambucano. A esperança é que sejam remanejados créditos de outras áreas para a agricultura para que o agricultor possa recuperar parte do tempo perdido nos últimos cinco anos. Não vai ser uma tarefa fácil: o dinheiro é pouco, os órgãos do setor estão todos desestruturados e há um trabalho muito grande a fazer. O que está sobrando mesmo é entusiasmo do agricultor para fazer a terra voltar a produzir.

O cineasta Augusto Ribeiro Júnior, de 35 anos, retorna a Natal para escrever o roteiro do seu novo filme, **Quando a Coluna Passou**, inspirado na obra homônima do escritor Eulício Farias de Lacerda. Nascido em Caicó, mas dizendo-se "natalense por adoção", Augusto Ribeiro Júnior afirma que, filmar o romance de Eulício, faz parte "de meu sonho poético de plantar a África no sertão".

— "Além das qualidades do romance de Eulício, de sua estrutura dramática, me tocou profundamente o personagem Tia Maria, cozinheira da Coluna Prestes e sua trágica morte em Piancó, no sertão paraibano. De certa forma, esse personagem é uma continuação do personagem Maria dos Remédios, do filme que fiz aqui em '79, no começo dessa grande estiagem, o **Boi de Prata**. No primeiro filme era uma negra feiticeira que dava o toque dramático a tessitura daquele trabalho; nesse, a cozinheira do General Prestes. A convivência dessa mulher na Coluna Prestes dá espaço para a discussão sobre o negro dentro da cultura e da história do Brasil. E está ligada ao meu interesse pela questão da desertificação, que faz parte do meu projeto pessoal de vida".

Esse projeto, defendido por Augusto Ribeiro Júnior, visa articular uma aproximação do Nordeste brasileiro com a África Ocidental, principalmente da região do grande deserto.

— "O Nordeste brasileiro, castigado pela seca

e pela fome, não é um dado isolado; está inserido na grande fome do mundo".

Boi de Prata, o filme anterior de Augusto Ribeiro Júnior, que jamais entrou em circuito comercial nos cinemas do País, totalmente rodado no interior do Rio Grande do Norte, foi considerado pela crítica Jussara Queirós, premiada pelo **Office Catholique Inter-**



Augusto Ribeiro

nationale du Cinema, um dos melhores filmes brasileiros, ao lado de **Rio 40 Graus** e **Deus e o Diabo na Terra do Sol**.

Lamentavelmente, porém, até hoje, nenhuma voz se levantou para defender o que pertence, realmente, ao nosso acervo cultural. As instituições culturais do Estado, que deveriam zelar pelo patrimônio artístico, propiciando a difusão de idéias, mesmo quando essas idéias são singulares, mantêm um silêncio compacto em torno do destino do **Boi de Prata**, que, por isso mesmo, se transformou em peça de fruição de

uma elite intelectual com acesso às sessões privas, enquanto uma grande fatia do público permanece na ignorância de uma obra que lhe diz respeito diretamente.

UMA NOVA GALERIA — A inauguração da Graphite Galeria de Arte, na Avenida Prudente de Moraes, 631, vem preencher uma imensa lacuna na vida artística e cul-

Marcelo Fernandes, desenho, dois artistas jovens, duas tendências diversas em ascensão.

INDIVIDUAL DE VATENOR — Vatenor de Oliveira Silva, norte-riograndense radicado no Rio de Janeiro, expõe em Natal pela segunda vez suas pinturas cálidas, que lembram nas cores e formas, sua infância às margens do Potengi, em Igapó.

Vatenor mantém uma fidelidade impressionante ao mundo de sua infância, representado, simbolicamente, pelo cajueiro onde, ele afirma, costumava brincar no passado. Diante dos quadros de Vatenor me lembro de Baudelaire. Ninguém consegue ser poeta se não consegue manter intacto, no coração encantado, o mundo de sua infância. Que, no caso de Vatenor, sempre se renova.

UMA EDITORA DA TERRA — As crises sempre foram momentos, na História, de muita criatividade, de muita ousadia e imaginação. Talvez a crise, especialmente aquela crise relacionada com a chamada indústria cultural, tenha servido de estímulo para a criação, em Natal, de uma nova editora totalmente voltada para a difusão de obras e idéias dos autores norte-riograndenses.

Embora não tenha completado ainda um ano de atividades, a Nossa Editora, uma sociedade que reúne Ari Rocha, Joventina Simões, Pedro Simões Neto e Vicente Serejo, já publicou, até agora, nada menos do

que onze livros, abrangendo uma temática que vai desde a poesia a ficção, passando pelos ensaios mais diversos.

Tudo começou com a **Coleção Pretexto**, e com um pequeno livro de crônicas de Pedro Simões e prosseguindo com a publicação de um ensaio jurídico de Ivan Maciel, um estudo do arquiteto Vilanova Artigas sobre **O Desenho e Investigação Acerca da Solidão**, de Honório de Medeiros. A coleção crescerá nos próximos dias com a publicação dos títulos **Jorge Fernandes e a Seca**, de Francisco das Chagas Pereira; **A Música Popular em Natal**, de Manoel Onofre Júnior e **A Modi-**

na, ensaio do professor Oswaldo de Souza. Fora da coleção, a Nossa Editora publicou **Introdução ao Estudo da História**, do professor João Wilson Melo; **Jornal de Bolso**, de Franklin Jorge; **O Caçador de Esmeraldas**, de Percílio Oliveira; **Cartas da Redinha**, de Vicente Serejo; **Apólogos do Nascer do Sol**, de Jansen Leiros; **Antropologia: história e teoria**, de D Jason Cunha e tem programados, para sair até o final do ano, um romance de Afrânio Pires; **Ao Bater da Máquina**, de Franklin Jorge e **O Dia Público**, de Socorro Trindad. À parte, saiu e logo se esgotou, o álbum de xilogravura **O Nor-**

deste na Devoção de Irmã Araujo.

São edições populares, de preço acessível, tendo como objetivo principal levar ao leitor um produto cultural significativo. Para cada edição, a Nossa Editora tem contado com o apoio financeiro de empresas do Estado que, dessa forma, contribuem para o aperfeiçoamento intelectual, propiciando a um só tempo o encontro do escritor local com o leitor que paga por um livro um pouco mais do que um bilhete de cinema.

A VOLTA DE SOCORRO — A escritora Socorro Trindad, que vive no Rio, realizando pesqui-

sas para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, virá a Natal nos próximos dias, para discutir com o editor Pedro Simões Neto a edição do seu romance **O Dia Público**. Socorro Trindad estreou em '72 com um livro de contos, **Os Olhos do Lixo**, seguido de **Cada Cabeça Uma Sentença** (1978) e **Uma Arma Para Maria** (1982). E tem vários inéditos, pois, conforme gosta de afirmar, quando o escritor brasileiro consegue publicar um livro, tem, pelo menos, quatro engavetados...

FRANKLIN JORGE



**SANTO DE
CASA FAZ
MILAGRE?
FAZ.**

Nós fizemos.

Completamos 14 anos de trabalho sério e consciente em favor do Rio Grande do Norte. E vamos continuar prestando, com o mesmo nível editorial e gráfico. Por isso afirmamos que santo de casa faz milagre.

RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL
IMPRESSOS EM
OFF-SET E
TIPOGRAFIA

Rua São Tomé, 421 - Telefone (084) 222-4722 - Centro - CEP 59.000 - Natal-RN

Franklin: o crítico ferido tem coração. E sensível

Franklin Jorge, 32 anos, nascido em Ceará-Mirim, poeta e crítico de arte, seis livros publicados. Aqui ele conversa com Gilberto Cavalcanti, com quem mantém uma fraterna amizade, e deixa transparecer durante a conversa a sua alma apaixonada por tudo o que é vida. Fala principalmente da crítica e do crítico, da personalidade magnética da escritora argentina Luísa Mercedes Levinson, da vida cultural e artística da cidade, desfere algumas farpas bem afiadas e comenta o seu novo livro, **Jornal de Bolso**, que acaba de sair sob a chancela da Nossa Editora, com prefácio de Jaime Hipólito Dantas e uma consagrada nota assinada pelo mestre Américo de Oliveira Costa. E, como é de seu feitio, provoca crises e diálogos no decorrer dessa conversa, no mínimo, sincera e corajosa.

Você ajudou algum artista a alcançar o sucesso?

— Absolutamente não. Quando escrevi sobre algum artista que veio depois a alcançar aquilo que você chama de «sucesso», não estava fazendo mais do que o meu trabalho. A gente só ajuda na medida em que se sacrifica, em termos pessoais. E na verdade, ao escrever, eu estava sendo pago pelo jornal para fazê-lo. Nunca descobri nenhum artista, primeiro porque não tenho vocação para desbravador; depois, porque nenhum crítico, que eu saiba, jamais descobriu qualquer artista. O artista autêntico, aquele que vivencia a sua arte, irrompe. A despeito mesmo de toda a crítica.

Qual seria, a seu ver, a função da crítica de arte?

— Gerar diálogos e crises. Inquietar as almas dóceis e conformadas. Uma crítica que não gera polêmicas, uma crítica meramente consagrada, perde todo o sentido na hierarquia das idéias.

A crítica de arte é atividade criativa?

— Sim, evidentemente, quando consegue transcender a simples resenha. Eu encaro a crítica como um gênero literário autônomo, um discurso deflagrado a partir do objeto artístico. Em suma, quando o crítico

tem conhecimento e talento, uma obra de criação.

Como se iniciou como crítico?

— Escrevendo, claro. Mas antes, como agora, houve uma preparação. Estudos, pesquisas, discussões com outros críticos e artistas. Além de uma curiosidade pessoal insaciável, a humildade de recomençar todos os dias e uma abertura para a vida. An-



Franklin: também sensível, mesmo implacável na crítica

tes de tudo o crítico tem que ser uma pessoa aberta.

A seu ver, o crítico acaba sendo o dono da verdade?

— Não, acaba sendo despedido do jornal, como diria o Teixeira Leite.

Mas não são raros os exemplos...

— É verdade. Há uma tendência nesse sentido, quando o crítico é ainda imaturo e tem a ilusão de que pode, de fato, interferir no rumo das coisas. Mas há também, em contrapartida, o artista que se acha o dono da verdade. Contudo, esse crítico e esse artista jamais chegarão a parte alguma. A vida é dinâmica e não faz concessões à imobilidade do espírito.

O que vem a ser esse Jornal de Bolso?

— A tentativa de reunir num pequeno volume toda uma colaboração que estava dispersa em catálogos de exposições, em orelhas de livros e

nas páginas de jornais e revistas. Foi, assim, um livro improvisado — mas que tem a virtude, me parece, de chamar a atenção do público em geral para o trabalho de artistas e escritores de minha admiração.

O que o levou a traduzir a argentina Luísa Mercedes Levinson?

— O desejo de propiciar àquele que me lê normalmente em jornal ou em livro, o conhecimento da obra de uma das escritoras mais importantes da língua espanhola. E há, depois, na tradução, todo um desejo que a gente tem de se assenorear da obra do outro, uma forma de apropriação... Traduzo, pois, levado pelo desejo de me fazer também um pouco co-autor daquilo que me sensibilizou...

Fale a respeito da obra de Luísa Mercedes Levinson...

— Não é fácil, absolutamente. É uma obra literária abrangente, riquíssima. O Tempo é o grande personagem dos livros de Luísa Mercedes Levinson. O Tempo que conduz a um desfecho trágico, inesperado ou banal. Um tempo fechado, circular, como em Jorge Luís Borges, mas diferente. Intrinsecamente diverso. Para cada livro que escreve, Luísa inventa uma nova linguagem. **La Isla de los Organilleros**, por exemplo, é uma ópera wagneriana, grandiosa e assombrosa com o seu tropel fantástico de valquírias enlouquecidas. **Sumergidos**, uma peça de câmara, íntima e sombria, que resulta numa atmosfera de horror quase gótico. **Ursula y el Ahorcado**, um colorido tríptico de Bosch é Memlig numa Flandres medieval, com suas madonas, seus pe-

quenos burgueses e seus enforcados... Para você ter uma idéia da importância de Luísa Mercedes Levinson, ela chegou a escrever e a publicar, em '55, uma novela em parceria com Borges, que ela define como "um escritor para escritores... O grande mestre que me ensinou a arte de corrigir"...

Você traduziu outros ficcionistas?

— Não, mas traduzi vários poetas, inclusive o argentino Fernandez Moreno e Pablo Antônio Cuadra, nicaraguense, amigo e companheiro de geração de Cardenal e literariamente, me parece, mais importante do que o próprio Cardenal... Pelo menos não é desses poetas panfletários.

O que há mais para se ler no Jornal de Bolso?

— Duas entrevistas longas. Uma, concedida a Paulo Augusto da Silva, mas que foi censurada no Diário de Natal; outra, a Osair Vasconcelos e Rejane Cardoso Serejo, publicada originalmente no semanário Dois Pontos. É claro que eliminei tudo o que havia de circunstancial nesses depoimentos e ao mesmo tempo aprofundei certas questões, antes tratadas de relance...

É então um livro de crítica?

— Sim, na medida em que deveria existir em todo jornal, mesmo num jornal de bolso como este, um espaço reservado ao exercício da crítica.

Como você encara o movimento artístico potiguar?

— Sem nenhum sentimentalismo.

Para usar de uma expressão do seu agrado, não é a sua crítica muito deruidora?

— Oh sim, em certo sentido, na medida em que a maioria das pessoas estão acostumadas com o elogio. Eu fiz descarrilhar o trem da mediocridade que deslizava mansamente em cima de trilhos bem azeitados. E os maquinistas, como os elefantes, não perdoam...

O que singulariza a sua geração em confronto com as outras?

— A iconoclastia. A resolução de não compactuar de engodos. Quem, antes da gente, teve a coragem salutar de contestar essa figura que atravessa as décadas, dizendo-se "o artista oficial da cidade", que se chama Newton Navarro? Um diluidor que, em aproximadamente sete lustros de atividades artísticas, produziu mais anedotas do que obras. E dessa pouca obra, especialmente de desenho, ainda temos que deduzir o que não lhe pertence, pois pertence, legitimamente, a um Rebolo Gonzales, a um



Flávio: tendência pop

Goeldi, a um Aldemir Martins.

E como você vê a nova geração de artistas plásticos?

— Como a expressão legítima de um momento conturbado e multifacetado. Assim temos, desde um Vicente

Vitoriano, denunciando a violência urbana e a progressiva desunamização do homem até um Erasmo Costa Andrade, que recria uma raiz européia da pintura moderna, passando por um às vezes requintado Diniz Grilo; um Novenil e um Flávio Américo Novaes, duas tendências do Pop entre nós, reforçadas agora pela presença de Marcelus Bob; um Jussier Magalhães e um Ítalo Trindade, dois líricos, criando uma linguagem dentro de um ritmo puramente musical; um Fernando Gurgel, conferindo as máquinas uma intensidade poética comovedora; um José Stello; um Patrocínio Bessa; um Eli Celso da Silveira com os seus criativos cartões cheios de irônica crítica social. São artistas bons, sérios e criativos, todos se movimentando dentro de um espaço estético bem elástico, de uma saudável contemporaneidade, sem apego a determinadas regras do gosto provincial. □

COMPORTAMENTO

Vídeo já mais do que um simples modismo em Natal

Paradoxo dos tempos atuais: é rescrito o mercado de vídeo-cassete em Natal, com as lojas apresentando índices de vendas bem modestos por causa do elevado preço mas, no entanto, há um número impressionantemente grande desses aparelhos na cidade a ponto de justificar a existência de duas movimentadas locadoras de fitas de vídeo, dois vídeo-clubes e pelo menos duas empresas organiza-

das para filmagens em VHS. Há, segundo cálculos de Áureo Flávio, um dos primeiros a se iniciar com uma empresa especializada em filmagens de vídeo, cerca de mil vídeo-cassetes em Natal. É difícil dizer a origem de todos eles. Uma parte, naturalmente, é fornecida pelo comércio regular, outra é proveniente de negociações com aparelhos comprados em outras cidades e adquiridos por terceiros de-



Locavídeo: muito movimento

pois de certo uso e há os que são comprados em Manaus. Mas, para profissionais do vídeo como Peron, da Peron Vídeosistem, hoje em dia é pura ilusão procurar o comércio de Manaus, porque as lojas de São Paulo, desde que se tenha lá algum conhecimento, vendem bem mais barato.

MAIS DO QUE UM MODISMO —

A essa altura o vídeo-cassete em Natal é muito mais do que um simples modismo. Por incrível que possa parecer, em se tratando de uma área de divertimento que exige tantos recursos, já existe em Natal uma movimentação de aficionados de vídeo capaz de abalar o próprio movimento dos cinemas. Sobretudo, porque o vídeo-maniaco, na quase totalidade dos casos, também é um cinemaníaco e é atraído para ele justamente pela oportunidade de ter mais opções de bons filmes e poder fazer o seu próprio programa, em casa, sem estar submetido ao capricho das casas exibidoras, da sua falta de conforto e a todo um elenco de inconvenientes que representa o sair de casa hoje em dia nestes tempos de insegurança e violência.

As duas locadoras de fitas — a Vitória Régia, no Centro da Cidade e a Locavídeo, no CCAB — apresentam um movimento singular para uma cidade como Natal, neófitas em novidades eletrônicas e reconhecidamente de baixo poder aquisitivo. A Locaví-



Vídeo tem muitos adeptos em Natal

deo tem um acervo de mais de mil fitas e nos fins de semana há uma verdadeira briga entre seus clientes para reservar as melhores atrações — geralmente os filmes mais recentes, que ainda não foram exibidos nos cinemas em Natal, com legendas em português. Bem organizada, ela cobra Cr\$ 1.000,00 de cada fita, por dia. Mas quem aluga nos fins de semana — na manhã do sábado — não paga o domingo, tendo de devolver logo na segunda-feira para não pagar a multa. A Vitória Régia dispõe de um acervo menor. Sua tabela também é mais modesta: cobra Cr\$ 1.500,00 por duas fitas, com o mesmo sistema.

Mas as locadoras funcionam também como fornecedoras de cartucho

de vídeo-jogo. E alugam o próprio console, assim como, eventualmente, o aparelho de vídeo.

Além dessas duas locadoras — uma terceira fechou — há dois vídeo-clubes. O mais antigo é o Supervídeo Clube, de um dos mais antigos cultores do vídeo em Natal, Gladston Madeira. O Vídeo-Clube não aluga filmes, como as locadoras. Admite sócios e fornece a eles as fitas.

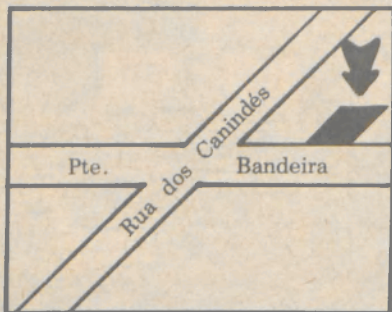
MERCADO SE AMPLIA — E o mercado de vídeo em Natal tem também uma característica própria dos tempos da informática: é altamente dinâmico. Ele evoluiu como um leque de opções automultiplicadoras. Assim, enquanto as locadoras de vídeo e os vídeo-clubes abastecem os donos

ideo-cassetes com fitas pré-gravadas, firmam-se as empresas especializadas em filmagens de eventos, fazendo concorrência direta aos fotógrafos e seus documentários estáticos. Peron é um dos mais ativos exploradores desse ramo e dispõe de equipamento sofisticado.

Montou algum tempo a Peron Vídeo Sistem e filma eventos e até inovou produzindo shows de vídeo e áudio, pois dispõe também de moderno equipamento de som. Áureo Flávio também se dedica a filmagens, com uma pequena empresa que procura desenvolver. Ambos, embora vejam tudo com os olhos de profissionais, têm um carinho e um amor pelo vídeo típicos dos amadores.

O problema que ainda impede atividade mais intensa dessas pequenas empresas filmadoras é a dificuldade de equipamento. Em vídeo, tudo é em termos de alto preço, porque é um setor que ainda está na fase do requinte. Contudo, mesmo assim, Natal já deu largos passos, descontando-se as suas limitações naturais. □

PARA COMPRAR PEÇAS FIAT VOCÊ NÃO PRECISA SAIR DO ALECRIM. SAVEL ABRIU SUA FILIAL



Peças genuínas Fiat, você agora pode adquirir no centro do bairro do Alecrim, num local de fácil acesso. Próximo ao cruzamento da Presidente Bandeira com a Olinto Meira foi inaugurada a primeira filial da Savel.



SAVEL. SALUSTINO Presidente Bandeira, 737
VEÍCULOS LTDA. Alecrim — Tel.: 223-1551
Natal-RN

O suicida de Igapó

Não era nem cinco da manhã e já estava lá na Ponte de Igapó um sujeito trepado no alambrado, pedra com corda no pescoço, envelope com carta ao lado, pronto a tentar contra a existência.

E, de repente, surge outro sujeito, apresenta a carteirinha do Centro de Valorização da Vida, pronto a persuadir o suicida de desistir do seu intento:

- Amigo, a vida é bela.
- Não adianta, já estou decidido.
- Você não poderia dizer ao menos os motivos?

— São tantos, companheiro. Esse custo de vida, inflação de 211%, gasolina subindo de acordo com o dólar, os aumentos das prestações da Casa Própria. Você já recebeu o carnê do IPTU? Além de mutuários do BNH, somos também mutuários da Prefeitura. Tô desempregado, devendo até a alma. Você já pensou se Maluf for o próximo Presidente da República?

Ouve-se um «Ploch» no Rio Potengi. Suicidaram-se os dois.



Sempre a decepção

ROSEMILTON SILVA

Quem viu o ABC no Campeonato Estadual do ano passado não podia acreditar no fiasco que foi durante o Campeonato Nacional. É verdade que nossas condições sempre foram limitadas nessa maratona nacional, mas o ABC fez um time — e não uma equipe como queriam alguns — que tinha condições de competir de igual para igual com boa parte dos participantes. O que se viu foram intriguinhas e picuinhas que só fizeram diminuir cada vez mais os nossos jogadores. E foram eles mesmo que se afundaram. A ignorância deles próprios. Não se quer aqui um ABC campeão nacional, até porque o sonho é tão irreal que ninguém sequer pensou em tê-lo. A contratação de jogadores que preencheriam os espaços considerados débeis e frágeis vieram, mas o time não tinha aquela garra, aquela vontade louca de chegar ao gol, faturar o adversário. Acabou-se a garra e o que ficou foi apenas uma pálida certeza de que o time chegaria à segunda fase se arrastando. E chegou. Mais por falhas dos outros dois adversários que por méritos do time.

Fui um crítico severo de Baltazar. Achava que ele seria uma peça que não encacharia bem no time. Queimei a língua e dou minha mão a palmatória. Foi a grande figura do time. Sabem por quê? Porque é um jogador que jamais se entregou as bagunças e palhaçadas que alguns costumam armar. Não me venham com esse papo de que atleta não deixa de ganhar bicho quando quer. Ninguém me tira da cabeça aquele cinco a zero que o time tomou lá em Curitiba. Vi na televisão e não no rádio. Ninguém queria nada com a bola. E o Rafael fez a sua parte, como ninguém queria nada com a bola por que logo ele iria querer? Deixou entrar duas bolas que em outros tempos não deixaria. E é possível que até mesmo mais duas que resultaram em gois, o experiente e bom goleiro não deixaria entrar.

Eu me lembro muito bem que no quarto jogo do ABC, ainda na primeira fase, conversava nos corredores do Castelhão e depois lá na TV-Universitária com Williams Pires. No papo eu dizia que não acreditava no chamado azar, fase de azar do time. Eu dizia: “Aí tem crise e ninguém tira essa idéia da minha cabeça”. Eu, na verdade, não sabia bem o que estava acontecendo. Sabia que algo pairava no ar, aliás no ABC mas não tinha nada definido ainda na cabeça. Só tinha a certeza de que as coisas não andavam bem lá prás bandas do Morro Branco. Como, aliás, até este momento em que estou escrevendo a coluna não tenho muita certeza do que está se passando. Logo após essa minha conversa com Williams vinha a entrevista de Rui Barbosa dizendo que a “dívida externa do clube estaria em primeiro lugar” etc e tal.

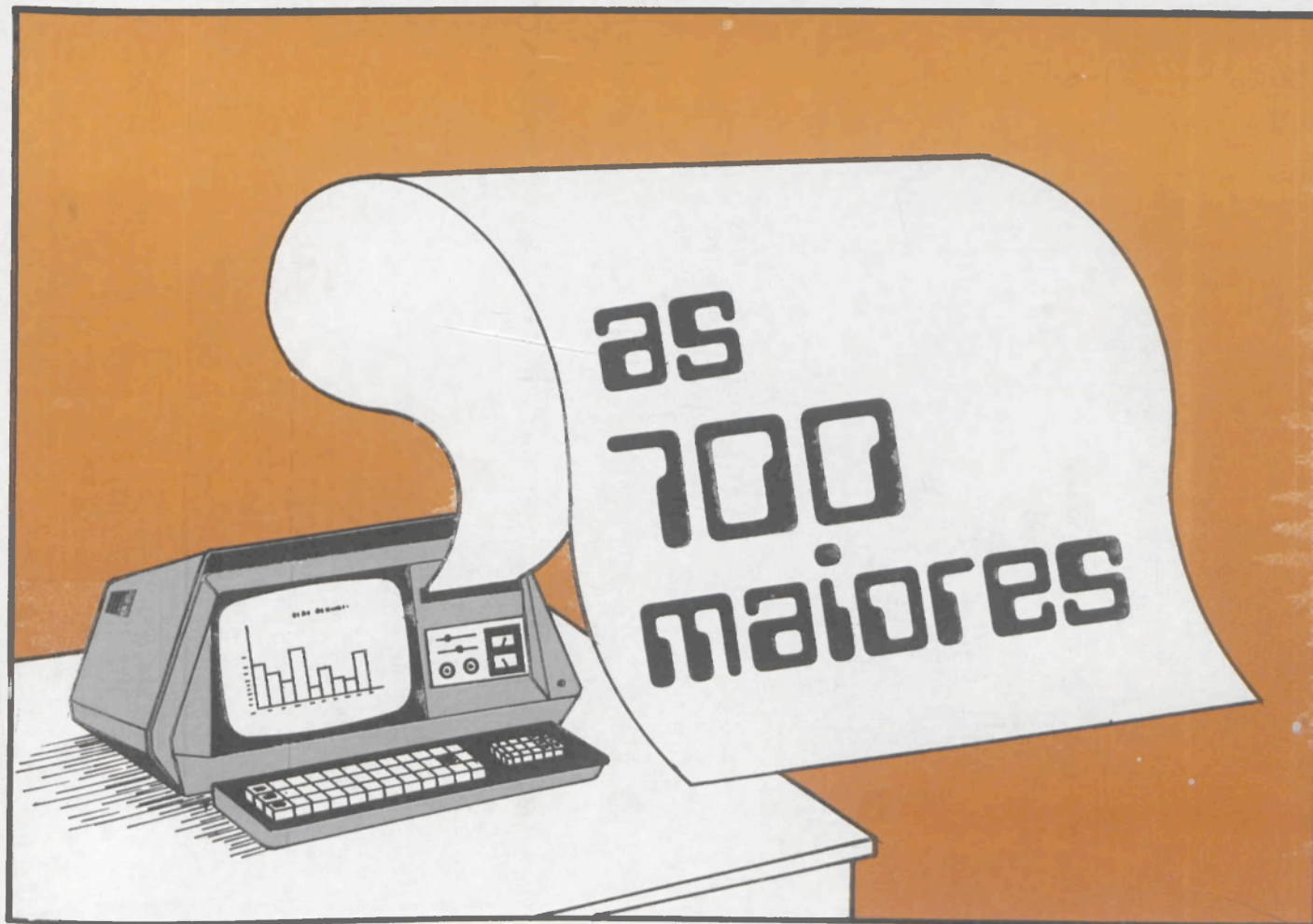
Como o nosso futebol vem se notabilizando por fatos que extrapolam o bom senso — o caso Silva que o diga — fico com a pulga atrás da orelha sempre esperando que aconteça o pior. Porque os dirigentes aqui, em sua maioria, costumam sempre dizer que nós da imprensa vivemos avacalhando, denegrindo e só noticiando fatos que desmoralizam o nosso futebol. Eu mesmo não me preocupo com o que dizem os dirigentes.

A função da imprensa é noticiar os fatos que vierem à tona. Sempre me mantive nessa posição e não tenho nenhuma obrigação de promover esse ou aquele jogo, porque a imprensa é paga para noticiar. No entanto, é bom lembrar que a imprensa tem tido um papel de se manter mais na promoção que mesmo na contra-carga, na ofensiva ou noticiando aquilo que os dirigentes acham que não deviam chegar ao conhecimento dos torcedores.

Defendo sempre que o nosso futebol, o futebol brasileiro deve voltar ao amadorismo. A Seleção Brasileira de Júnios quando levou aqueles garotos para a disputa foi sensacional. Empolgou o México e outros países. Quando colocamos o pessoal que ganha dinheiro e foi preciso até mutreta da CBF para tal, deu no que deu. Foi um fiasco, uma vergonha. Passaram por times inferiores a nós — que aqueles garotos ganhavam fácil — com muita dificuldade. Quase não chegávamos lá no pré-olímpico. Será que o ABC e o América não fariam um melhor papel utilizando jogadores da base? Não sei porque ninguém testou ainda. Mas garanto que garra os nossos meninos teriam muito mais. A força de vontade também vale no futebol. Uma equipe é diferente de um time.

Mas estou fugindo ao assunto principal. Voltemos, portanto, a ele. O ABC perdeu a sua força maior que era — eu disse «era» — a garra que havia e sempre houve no time. E faz tempo que isso aconteceu. Vem desde o tri-campeonato do América e continuou no tetra. De repente, inverteram-se as posições: América tinha garra do ABC e o alvinegro passava a ter a apatia alvirrubra. Quem esperava um ABC forte, brigão, altamente técnico no Campeonato Nacional, decepcionou-se. Foi a pique e nem mesmo a tal da garra o pessoal teve. E o que se viu? O que se viu, meu caro e dileto amigo, foi uma sucessão de erros. Foi uma enxurrada de gois perdidos inacreditavelmente. A bola não entrava. Todos queriam fazer o gol depois de driblarem o goleiro ou o último homem que estava na frente da barra, mesmo que ele estivesse debaixo dos três paus. Os torcedores assistiam com olhos esbugalhados o festival de gois perdidos. Todos por pura incompetência ou, melhor dizendo porque não queriam fazer.

Eu sei que tem gente aí dizendo que eu estou querendo aparecer, querendo inovar. Mas eu lembro aos nobres senhores que no dia em que eu quizer aparecer sei onde comprar uma melancia e não adianta me mandarem comprá-la porque tenho senso de auto-crítica e sei quando estou errado. A verdade é uma só: fomos um fiasco no Campeonato Nacional mesmo com um supertime montado em nosso Estado. O ABC foi um supertime, porque adquiriu os melhores jogadores da temporada para as posições completando o quadro com os que ele já tinha. Não poderia ter feito o que fez. É claro, repito, não queria um ABC campeão nacional porque não sou idiota de pensar em tal posição.



EM MARÇO VOCÊ VAI SABER QUAIS SÃO AS 100 MAIORES EMPRESAS DO RIO GRANDE DO NORTE

RN/ECONOMICO vai publicar as listagens completas das 100 maiores empresas do Rio Grande do Norte, de acordo com amostragens de computador e levantamento executado pela Secretaria da Fazenda, tomando por base o recolhimento do ICM no exercício fiscal de 1983. O trabalho que é desdobrado em três planos de participação, na capital, no interior e no Estado, será publicado na edição de março.

Faça, agora, sua reserva de espaço

publicitário no veículo que é lido por toda a classe A, exatamente a que tem poder de decisão e de compra em relação ao seu produto. Procure sua agência de publicidade ou ligue diretamente para 222-4722 e 222-8517 e veja sua mensagem nas mãos de quem pode lhe ajudar a vencer a crise.

RN/ECONOMICO, mais nossa, mais informativa. Há 15 anos escrevendo e documentando a história do nosso desenvolvimento.

RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL
IMPRESSOS EM
OFF-SET E
TIPOGRAFIA

Rua São Tomé, 421 - Telefone (084) 222-4722 - Centro - CEP 59.000 - Natal-RN

O Parati Plus tem jeito de carro feito sob encomenda. Com pára-choques, grade dianteira e espelho na mesma cor da carroceria: verde cristalino metálico.

E todos os opcionais que você gostaria de mandar instalar. Como os vidros verdes, os faróis de milha e as rodas de liga leve com pneus largos.

Nenhuma outra perua vem equipada com tanto conforto e segurança. No vidro traseiro (antiembaçante), você encontra lavador e limpador.

Os espelhos externos têm controles internos. A partida a frio é instantânea. A o seu interior é simplesmente um luxo, com carpete navalhado, temporizador e lavador elétrico de pára-brisa, relógio de horas e hodômetro parcial, volante espumado, buzina dupla e marcador gradual de temperatura.

De repente ficou mais bonito sair por aí.



Previendo os bons momentos que você vai ter com o seu Parati Plus, a Volkswagen está colocando um presente muito especial no porta-malas: o kit de férias Plus. São 2 cadeiras de praia, 2 guarda-sóis, bola de vôlei e geladeira térmica. E agora vem o melhor: apesar de ser um carro Parati Plus exclusivo, de produção limitada, o Parati Plus custa o mesmo que um Parati normal. Mas isso você não precisa contar para ninguém.

MARPAS S/A

MARPAS S/A
Av. Tavares de Lira, 159
Filial Alecrim — Av. Pres. Sarmento, 592
Telefones: 222-0140/223-1931



Revendedores autorizados
VOLKSWAGEN
para o Rio Grande do Norte

**DISTRIBUIDORA
SERIDÓ**

Rua Nascimento de Castro, 1597
Filial Alecrim — Rua Cel. Estevam, 1576
Telefones: 223-4566/223-3228